

Departamento de Sociologia

No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais

Ana Rita Pinheiro Vaz Capucha

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Sociologia, Especialidade em Educação

Orientador:  
Doutor Fernando Luís Machado, Professor Auxiliar,  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2011

## **Agradecimentos**

Quero agradecer, antes de tudo, ao meu orientador, Doutor Fernando Luís Machado, por todo o apoio prestado, pela compreensão, pela paciência e pelas palavras amigas.

Agradeço igualmente a todas as pessoas que possibilitaram a realização deste trabalho. Às pessoas da Associação de Pais e aos professores da Escola Reynaldo dos Santos. Obrigada pela disponibilidade e por me terem recebido tão bem.

Aos meus amigos que sempre me acompanharam nesta “demanda”. Em especial, agradeço profundamente às minhas amigas e colegas de ISCTE, Isabel Costa e Carolina Jardim, sem as quais fazer “sociologia” não faria sentido...

Mafalda e Vânia, estes últimos meses de carinho, de amizade e de apoio foram cruciais para finalizar esta etapa da minha vida. Obrigada por serem quem são.

Agradeço com ternura e amor às minhas primas “irmãs”, Verónica Capucha e Inês Capucha, por me ouvirem nas horas más, por me incentivarem e por nunca terem desistido de mim.

Finalmente ao meu “ninho” de amor. À minha Mãe, meu porto-seguro e ao meu Irmão, minha amarra ao terreno. Obrigada por me amarem.

Ao meu pai,  
Apesar de ausente, nunca tão ao meu lado como hoje.

## **Resumo**

A Participação Parental e as Associações de Pais têm sido alvo de destaque no contexto escolar e educativo português, pelo que nos últimos 30 anos se assistiu a uma disseminação destes organismos pelas Escolas e Agrupamentos Escolares nacionais. Com o advento do actual enquadramento legal educativo, e particularmente, com a progressiva autonomização da gestão dos estabelecimentos de ensino, determina-se para pais e seus órgãos formais representativos, um papel cada vez mais marcante e o estatuto de parceiros sociais educativos.

Não obstante esta realidade, encontramos ainda escolas com claro défice participativo parental ou com Associações de Pais que enfrentam diversas dificuldades e limitações na condução da sua actividade e funcionamento.

Relevando as próprias fragilidades que assistem a relação família-escola, muitas das vezes fracturantes e determinantes para um potencial afastamento dos pais, a presente investigação incidiu sobre uma Associação de Pais localizada numa escola secundária do Concelho de Vila Franca de Xira, e desta maneira sobre as dificuldades e obstáculos com que se debate no decurso da sua actividade.

Destacando-se que se encontra integrada neste contexto escolar há 23 anos, contando apenas com 6 pais no activo, tornou-se aliciante perceber que tipo de limitações se tornam impeditivas para o encontro de um efectivo espaço participativo parental dentro desta escola.

Se inicialmente a investigação partiu de uma ideia exploratória, que pressupunha que as Associações de Pais pudessem revigorar e intensificar o laço família-escola, cedo se compreendeu que estas integram parte do problema que contribui para o distanciamento entre pais e escolas.

Palavras-Chave: Relação Família-Escola, Papéis educativos, Envolvimento Parental, Participação Parental, Associação de Pais.

## **Abstract**

The Parental Involvement and Parents Associations have been central in the Portuguese school and educational context, and for the past 30 years we have witnessed a dissemination of these organisms by National Schools and school groups.

With the advent of the current legal framework of education, and particularly with the progressive empowerment of the management of schools, it is determined to parents and their formal representative bodies, an increasingly prominent role and status of social partners in education.

Despite this fact, we still find schools with a clear deficit in parental participation, or parents' associations that face many difficulties and limitations in the conduct of its activity and functioning.

Noting the very weaknesses that assist the family-school relationship, often divisive and determinant for a potential separation of parents, this research focused on an Parents Association in a secondary school located in the municipality of Vila Franca de Xira, and thus on the difficulties and obstacles they face in the course of their activity. Stressing that it is integrated in this school context for 23 years, with only 6 parents in active, it became interesting to understand what kind of limitations would become an obstacle to the effective parent participatory space within this school.

If initially the research came from an exploratory idea, which assumed that parents associations could reinvigorate and strengthen family-school ties, it was soon realized that they form part of the problem that contribute to the gap between parents and schools.

Keywords: Family-School Relationship, Educational Roles, Parental Involvement, Parents Participation, Parents Association.

# Índice

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Enquadramento Teórico</b> .....	<b>3</b>
1. Participação Parental nas escolas dentro de um contexto de intensificação e reconfiguração da relação família-escola .....	3
2. Participação parental, dentro de um contexto de democratização; problematizando. ....	9
<b>Capítulo II – Enquadramento Empírico</b>	
Participação Parental e Movimento Associativo Parental (MAP) .....	<b>15</b>
<b>Capítulo III – Estratégia Metodológica</b> .....	<b>20</b>
<b>Capítulo IV - Estudo de Caso</b> .....	<b>23</b>
<b>Bloco I – Contextualização, Percepções e Olhares.</b> .....	<b>23</b>
1.Dados de Caracterização .....	23
1.1 Escola Secundária, Professor Reynaldo dos Santos com 2º e 3º Ciclos .....	23
1.2 Associação de Pais da Escola Secundária Reynaldo dos Santos .....	24
2. Família-escola, que relação? .....	26
3.Escola e/ou família, que papéis educativos? .....	29
4.Pais e Professores: (menos) proximidades e (mais) distanciamentos .....	31
5. “Uma escola para todos.” (?) Percepções sobre a participação .....	33
<b>Bloco II - APRS, 23 anos procurando um lugar para participar.</b> .....	<b>35</b>
1.Traço “Biográfico”. .....	35
Período 1 - “Um arranque promissor” .....	35
Período 2 - “A aprendizagem reivindicativa” .....	36
Período 3 - “Escola nova, velhas alianças. Uma Associação por encomenda.” .....	37
Período 4- “O recomeço tutelado. Uma Associação a solo” .....	37
<b>Conclusão</b> .....	<b>41</b>
<b>Fontes</b> .....	<b>43</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>44</b>
<b>Anexos</b>	
Anexo A: Guiões das entrevistas .....	I
Anexo B	
Grelhas de análise das Entrevistas .....	IV

Anexo C: Quadros 1 e 2 – Caracterização Sociográfica dos Entrevistados. ....	XVI
Anexo D	
Quadro 3 – Traço Biográfico – Reconstituindo a “história” da AP .....	XVII

## **Índice de Quadros**

<b>Quadro 1.2.1. Caracterização Sociográfica dos elementos da Associação de Pais .....</b>	<b>26</b>
--	-----------

## **Glossário de Siglas**

APRS – Associação de Pais da Escola Secundária Reynaldo dos Santos

AP – Associação de Pais

CNIPE – Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação

CONFAP – Confederação Nacional de Associação de Pais

IGE – Inspeção Geral do Ensino

MAP – Movimento Associativo Parental

## **Introdução**

Muitos estudos têm vindo a ser desenvolvidos na área da relação família-escola, mas no entanto poucos se dedicam, em exclusivo, à participação parental e às associações de pais.

Em Portugal, autores como Pedro Silva (2003), José Fernandes (2003) e Maria Martins (2003), conduziram pesquisas com objecto de estudo focalizado nas associações de pais. O primeiro dos autores dedica inclusivamente muito do seu esforço analítico a descortinar novas problemáticas e paradoxos respeitantes a estes organismos, que podem contribuir para o potencial reforço dos laços família-escola.

O presente estudo de caso incide justamente sobre uma associação de pais integrada numa escola secundária do Concelho de Vila Franca de Xira. O primeiro contacto objectivado com esta realidade colocou, desde logo, a descoberto um conjunto de dificuldades e obstáculos passíveis de um maior aprofundamento analítico. Uma vez que Philippe Perrenoud já teria realizado um “inventário crítico” sobre escolas e famílias, e a relação mantida entre estas esferas institucionais e socializadoras, pareceu de todo pertinente resgatar alguma dessa capacidade crítica de modo a iniciar um processo de desconstrução sobre os aspectos mais negativos e limitativos do funcionamento das Associações de Pais.

A Associação de Pais utilizada para a investigação assumiu-se como um excelente objecto de estudo, não só pela multiplicidade de dificuldades que pareciam marcar a sua actividade, como ainda por contar com 23 anos de funcionamento no contexto escolar, permitindo que uma visão com carácter histórico, aliada ao inventário conduzido, pudesse determinar largamente os objectivos da pesquisa. Deste modo, tornou-se possível verificar que parte destas dificuldades/obstáculos subsistentes ao longo destes anos compelem à imagem de uma Associação de Pais que não se esforça o suficiente para demarcar a sua posição e o seu lugar dentro do contexto escolar onde opera. Estaremos, à partida, perante um problema de institucionalização e, assim sendo, perante uma Associação de Pais com uma identidade institucional incipiente.

Neste seguimento, a investigação conduzida não descurou os aspectos directamente relacionados com a relação família-escola, pondo a descoberto algumas questões decorrentes desta temática: tensão na relação pais-professores; distintos papéis educativos reservados à escola e à família; visões e percepções demonstrativas de um regime participativo parental ainda em desenvolvimento e crescimento.

De forma a garantir o êxito na recolha informativa e a prossecução dos objectivos, o estudo de caso foi efectivado por intermédio de entrevistas elaboradas a pais que integram e



integraram a Associação de Pais, professores e Presidente do Conselho Executivo, e ainda pais que não pertencem a este organismo. O objectivo prendeu-se com a manutenção de uma multiplicidade de percepções e olhares sobre uma mesma temática ou assunto.

Algumas questões de partida de natureza exploratória nortearam o estudo, muito para delimitação dos objectivos, uma vez que a complexidade do tema abriu inúmeras portas para efeitos de investigação. Desta forma, se existe actualmente um regime legislativo favorável à participação parental e à constituição de associações de pais, que razões poderão explicar a invisibilidade que ainda marca o seu funcionamento? Se existem ainda evidências para considerarmos que entre escola e família persiste um “divórcio”, que papel e que tipo de actividades são esperadas de uma Associação de Pais? Que tipo de dificuldades e obstáculos determinam que uma Associação de Pais não funcione em plenitude participativa?

Esta tese encontra-se estruturada em 4 capítulos substanciais. O primeiro é respeitante ao quadro teórico, onde, numa primeira parte, a participação parental é enquadrada nas considerações gerais da relação família-escola, demonstrando-se que esta realidade se encontra num progressivo processo de reconfiguração apresentando diversos aspectos fracturantes, inclusivamente atestados pela presente investigação, e num segundo momento, explorando e problematizando a realidade participativa e representativa parental e, deste modo, a participação em associações de pais, num contexto de democratização e de contínua abertura à participação, onde ainda são tecidas breves considerações sobre a realidade associativa em Portugal. O segundo capítulo incide de modo mais empírico sobre as Associações de Pais, reunindo e analisando um conjunto de dados representativos sobre esta realidade e sobre o Movimento de Participação Parental. O terceiro capítulo evidencia as escolhas metodológicas que permitiram a recolha de dados e a condução da investigação e, no quarto e último capítulo, é apresentado o estudo de caso e consequente proposta analítica já aqui evidenciada.

## Capítulo I – Enquadramento Teórico

### 1. Participação Parental nas escolas dentro de um contexto de intensificação e reconfiguração da relação família-escola

Pensar num contexto de relação família-escola é, antes de tudo, pensar num terreno de pesquisa que incide sobre o interface de duas esferas institucionais predominantes na vida social dos indivíduos: a família e a escola. Neste seguimento, pensar num sentido de interface obriga a revisitar muitas das concepções que se detêm sobre estas esferas institucionais e sobre a forma como uma e outra actuam na, e para, a formação dos indivíduos. Especialmente, evocar o abandono de concepções que delimitem, de forma rígida, os papéis de socializador e educador para cada um dos agentes. Vivemos actualmente contextos de produção da vida social em permeabilidade, onde esferas institucionais, outrora alheadas entre si, surgem agora lado a lado, partilhando muitas das suas funções. Obriga ainda a um exercício de permanente problematização sobre a natureza desta relação, estando ao corrente das fragilidades que subsistem no elo família-escola. Montandon e Perrenoud equacionam um possível cenário de “diálogo impossível” (Montandon, Perrenoud, 2001), enquanto Pedro Silva (Silva, 2003), analisa as “armadilhas” de uma relação considerada, em muita da literatura produzida, como “desigual”, distanciada, difícil.

No Estado Novo, era já assumida a existência de uma ligação e todo um terreno se preparava para a sua intensificação. Este facto será tão mais verdade se se proceder a uma leitura da legislação produzida em pleno regime ditatorial, onde se encontravam identificadas as figuras do Director de Turma ou dos Conselhos de Turma, destinados a coordenar um vínculo com os pais. Não obstante, o tipo de relação distinguia-se por uma clara unilateralidade de papéis, pendendo, no que respeitava à educação escolar das crianças e à organização da vida escolar, para uma centralidade nas figuras de direcção escolar e do professor, estando, por isso mesmo, este espaço interdito à interferência e participação parental.

Com o advento da democracia e das oportunidades de Abril, a relação sofreu uma modificação estrutural, abrindo portas para um novo contexto democrático de participação e de relacionamento entre as escolas e as famílias. As conquistas têm sido muitas, as dificuldades e obstáculos também.

De forma a combater tendências, no âmbito do estudo e análise da relação família-escola, que colocam a tónica no lado escolar, e ainda reforçar o entendimento conjuntural que suporta esta relação, Ana Nunes de Almeida situa também a família no centro da problemática,

avocando que a ligação família-escola é, acima de tudo, “produto histórico e algo que se joga nos dois sentidos: a família e a escola modernas fazem-se em articulação recíproca.” (Almeida, 2005: 590) Perrenoud, esclarecendo um pouco mais, refere que a articulação família-escola se situa num contexto histórico e institucional, acrescentado que são revelados “poderes assimétricos assim como um contexto social e político mais vasto, o do aparente antagonismo e do eventual conflito entre interesses privados e interesses colectivos.” (Perrenoud, 2001:7) Desde logo, duas ideias importantes a reter: a relação resulta de uma intersecção e interpenetração ocorrida num espaço histórico de mudança social; não se prevê, nem se espera, igual papel e funções para escola e família que conservam a sua respectiva identidade institucional. Apesar disto, este processo histórico redefine as características institucionais da família e da escola, provocando a abertura de um espaço de partilha, também ele em permanente reconfiguração. Este novo espaço de partilha representa, inclusivamente, um desafio para a sociologia, que deve agora pôr a descoberto um profícuo e recente terreno de pesquisa, baseado na conjugação de estudos e dados micro-sociológicos e macro-sociológicos (Diogo, 2008), e na intersecção dos estudos da família com os estudos da educação. Trata-se inclusivamente de reconsiderar o papel da família nos grandes temas da sociologia da educação, especialmente os que tratam da desigualdade escolar.

A massificação escolar, as potencialidades para entrada no mercado de trabalho e as possibilidades de mobilidade social, proporcionaram às famílias a concepção de que a escolaridade tem importância acrescida e que é essencial para o desenvolvimento do indivíduo. Maria Nogueira (2005) demonstra que o novo modelo familiar<sup>1</sup> acarreta uma noção de família que toma atitude activa perante a escola. Os pais tornam-se responsáveis directos dos êxitos e fracassos dos seus filhos, mobilizando e reunindo estratégias que compelem ao sucesso e à permanência dos seus filhos num sistema escolar que nem sempre proporciona igual acesso a um percurso escolar bem-sucedido. A reestruturação do sistema educativo modifica o espaço de decisão privado das famílias, quando legislações impelem a uma escolaridade obrigatória, quando existe uma maior democratização do acesso ao ensino, uma proliferação de redes escolares e de perfis de estabelecimentos escolares, e quando se

---

<sup>1</sup> Um modelo de família igualitária, centrada no domínio dos afectos, passando a unidade de produção a unidade de consumo. Merece a pena mencionar Montadon (2001), para quem as funções instrumentais não desaparecem dos projectos familiares, apenas se reconfiguram. A criança constitui um duplo investimento: instrumental ligado, entre outros, ao seu processo de escolarização, e o afectivo.

instituem novos currículos e métodos pedagógicos destinados a uma população escolar diversificada. (Ibidem, 2005)

Quando autores como Perrenoud (2001) demonstram preocupação sobre o “que a escola faz às famílias”, em jeito de “inventário crítico” (Silva, 2003: 120), ou, no caso de Ana Nunes de Almeida (2005), sobre “o que as famílias fazem à escola”, subentende-se que esse mesmo espaço de partilhas pode remeter para dois pólos de análise, com traços de dominação de um dos lados e, por conseguinte, com a emergência de obstáculos que exigem permanente adaptação: o que as famílias esperam que a escola ofereça, organizando-se, e muitas vezes sacrificando-se, em função da perpetuação da escolaridade e no sucesso de uma carreira escolar para os seus filhos ou, fazendo aqui ponte directa para o artigo de Ana Almeida, descortinar o poderoso “ascendente” que as famílias também têm sobre a escola, moldando-a e adaptando-a às suas necessidades; e o que a escola se propõe oferecer, assumindo-se como aparente meio privilegiado de democratização e de garantir igual condição para todos os alunos na prossecução de sucesso na carreira escolar.

Os problemas surgem exactamente do lado da escola, quando linhas teóricas debatem a real capacidade para abranger de forma igualitária todo o tecido social envolvente e no tipo de tratamento “diferenciado” que fazem das famílias, estando o mesmo conectado com uma cultura escolar dominante, que exclui todos quantos se afastam da categoria social privilegiada (Bourdieu, Passeron, 1970). E do lado da família, quando estudos demonstram a tendência para a existência de distintas representações sobre o percurso escolar, e a importância dessa realidade na vida das suas crianças, ou ainda, dos diferentes recursos disponibilizados e utilizados pelas famílias para investimento nesse mesmo percurso escolar. (Laureau 1989; Diogo, 1998, 2008)

Podemos indagar sobre a preparação dos pais para uma plena participação e o tipo de recursos que lhes assiste para tornar essa participação motivadora e evidente, e do lado da escola, especialmente do lado do professorado, se existe a preferência por um tipo de pai apto a participar, ou ainda, se existem apenas algumas áreas reservadas a essa participação parental.

Se recordamos Don Davies e o estudo que desenvolveu em 1989, o autor refere a certa altura a “impressão” com que ficou da existência de um “modelo tradicional de classe média” transportado por professores, sendo determinante para relacionamento entre a escola e família. Aquilo que constitui uma “impressão” para Don Davies corresponde, para outros autores, a uma realidade objectiva e explicativa do muito que se passa no universo escolar.

Retome-se este ponto com Pedro Silva, para quem as clássicas clivagens sociológicas, destacando as de classe, determinam que uns pais “são mais iguais que outros” (Silva, 2003), na interação com a instituição escolar. Na esteira das teses de reprodução social na educação, Pedro Silva demonstra que a “armadilha” reside justamente na relação família-escola como sendo uma relação entre culturas, estando umas “culturas” mais beneficiadas do que outras: “Ela é a relação entre uma cultura urbana, letrada, teoricista e abstractisante, de classe média, adultocêntrica, androcêntrica, lusa e católica (no caso português) e a cultura ou culturas locais.” (Silva, 2003: 356) O mesmo será dizer que esta relação coloca em evidência um locus de produção uniforme com predomínio de uma cultura dominante, e um universo multidimensional onde se contam várias famílias ou culturas familiares, provenientes de classes sociais distintas, com sentido e aproveitamento da escola também eles distintos.

Laureau (1989) e Ana Diogo (1998, 2008), a propósito do investimento e envolvimento das famílias nas escolas, demonstram que existem algumas regularidades estruturais que desembocam em processos de continuidade ou de descontinuidade com a cultura escolar. Essas regularidades, de uma forma genérica, demonstram que a classe social de pertença com todas as dimensões culturais a que se encontra associada, é determinante para o nível de integração das famílias no espaço escolar, estando, por isso mesmo, as classes média e média alta numa relação de sobreenvolvimento (Pedro Silva, 2003) com a escola. Pedro Silva recorda que este sobreenvolvimento desencadeia todo um processo de efeitos negativos mútuos, que podem conservar as desigualdades sociais, o que para este autor reforça a tese de uma relação armadilhada. (Ibidem, 2003)

Cenários recentes na investigação têm introduzido um conjunto de variáveis que apelam, cada vez mais, a uma visão dinâmica e flexível de (re)construção da relação família-escola. É o caso de Ana Diogo, que combina uma tradição clássica de estudo da desigualdade em contexto escolar com introdução de dados empíricos que flexibilizam a análise e que isolam, em parte, as práticas familiares e as dinâmicas intrafamiliares como categoria per si em análise (Diogo, 1998, 2008).

A autora demonstrou, em 2008, por intermédio de uma investigação que conduziu na Ilha de São Miguel, que existe um diferencial nas representações de carreira escolar e nas lógicas de funcionamento de envolvimento/participação na vida escolar, explicado não só por pertença a uma classe social e pela apropriação de um habitus característico da condição social, mas também pelas dinâmicas funcionais internas das famílias (dinâmicas intrafamiliares), que podem perpassar o constrangimento da proveniência social. Acrescenta ainda a importância de se integrar nas pesquisas o envolvimento e investimento do próprio

aluno no seu percurso escolar e, ainda, a exclusividade do contexto escolar que o acolhe. Esta realidade faculta a observação de um panorama mais plural e diversificado, demonstrando que a prestação de teses marcadamente estruturalistas reduz o número de possibilidades explicativas.

Concluí, ainda que com algumas reservas, que experienciamos tempos em que a mobilização das famílias para a prossecução de uma carreira escolar de sucesso é generalizada e, desta maneira, que uma maior abertura no acesso aos níveis superiores de ensino é detectado para todos os grupos sociais. É, no entanto, discurso reservado, por se saber que as famílias ainda se debatem com um contexto escolar segmentado, de violência simbólica, mais próximo das culturas familiares que encontram uma forma eficaz para perpetuação da sua posição social. A autora não encontra modo de contornar esta evidência.

Anette Laureau (1987, 1989) já referia, em finais dos anos 80, esse sentido diferenciado na relação escola famílias de meios populares e escola famílias de classe média, promovido pela posse variável de capital cultural de cada um dos tipos de família. Esse capital cultural, ou “classe cultural”, como lhe chama, explica as diferenças nas predisposições e abertura para o desenrolar da interacção com a escola, na importância atribuída ao universo escolar e, ainda, nos próprios requisitos escolares que encabeçam esse regime de colaboração. Como Stanley e Wyness referem (Stanley, Wyness, 2005), o capital cultural permite que as famílias de classe média obtenham os recursos necessários não só para benefício directo da educação dos seus filhos, como ainda para efeitos de negociação das vantagens da sua posição social.

Estes constrangimentos e clivagens atravessam parte dos estudos desenvolvidos sobre a participação parental em específico. Sobretudo quando advogam que são os pais de classe média os que mais participam e os que mais procuram interagir com os professores. Não só por possuírem uma “bolsa” de conhecimentos que lhes permite debater um conjunto de questões outrora exclusivas da escola – questões pedagógicas, administrativas e de gestão escolar -, como ainda porque se encontram entrosados nas categorias privilegiadas da cultura escolar.

Na verdade, muitos autores têm questionado o que representa para a entidade escolar um “bom pai”. Quem é este pai que se responsabiliza, agora com postura ainda mais pró-activa? Se atendermos a Stoer e Cortezão (2005), por um lado, e Stoer e Pedro Silva (2005a), por outro, entendemos que a reconfiguração do interface escola-família está inclusivamente presente na passagem de um modelo de “pai colaborador” para um de “pai parceiro”. Este “pai parceiro”, que assume responsabilidades na cena educativa, para além de revelar atitude pró-activa, mais autonomizada dos órgãos de gestão e direcção escolar, é também aquele que

competem directamente com um terreno escolar que tende a não prestar atenção aos contextos locais, sobressaindo todo um conjunto de reivindicações e reclamações outrora não presentes nos discursos parentais. Estamos a falar inclusivamente da emergência de um sentido de cidadania, em pleno reforço das capacidades democráticas da escola, decorrentes das virtudes de uma participação plena em si de direitos e deveres.

Podemos no entanto questionar a presença, em quantidade e em qualidade, deste modelo de pai participativo. E, aprofundando, podemos questionar se este modelo, estando ligado ao aparecimento de uma classe média esclarecida, que enfrenta professores e directores escolares, não contribui igualmente para fragmentações, uma vez que, salvo a boa vontade dos indivíduos que participam, se encontra apoiado numa agenda de interesses associada a determinismos sociais.

Na generalidade, não se focalizando em aspectos fracturantes e clivagens sociais de natureza clássica, Don Davies atesta: “A participação na maioria das escolas é típica e cuidadosamente controlada e limitada pelos administrativos da escola e pelo conselho escolar” (Davies, 2005: 31). Esta referência traz a debate essa dimensão de instrumentalização e apropriação da acção dos pais. Seja essa acção praticada individualmente ou colectivamente, ou ainda por uma Associação de Pais.

Pode-se, assim, debater sobre um potencial predomínio de um modelo de “pai-colaborador”, muitas vezes com acção prática manipulada pelos órgãos de gestão escolar e pelos professores. Este “pai-colaborador” “(...) tem como característica principal (...) responder às exigências da escola no sentido de cumprir deveres perante a instituição (...)” (Stoer, Silva, 2005: 22)

Mesmo quando nos reportamos à realidade das associações de pais, enquanto agente colectivo da participação parental nas escolas, detectamos incongruências de índole participativa, formas e tipos de participação distintos, e sentido de apropriação das suas acções (Martins, 2003).

Não só é demonstrado que as associações resultam de um movimento elencado por uma lógica conservadora, carregando uma marca de “ofício de classe média” que as tornam contributórias para o incremento das desigualdades sociais na escola (Silva, 2003; Stoer, Silva 2005a); como ainda revelam fraca capacidade de mobilização dos seus pares e modelos de participação de natureza “colaborativa”, enquadrados na própria cultura participativa das escolas onde operam.

Alguns autores (Stoer, Silva 2005a; Stoer e Cortezão, 2005; Silva 2003), atentam nas noções de “parceria” ou “pai responsável”, alinhando-as numa lógica retórica que dizem

encontrar-se em muitos dos discursos políticos sobre o desenvolvimento da escola democrática. Estes modelos participativos promulgam a ideia de “pais participativos” enquanto categoria homogeneizada (Stanley, Wyness, 2005).

Neste sentido, e tendo em conta a proeminência de um cenário de intensificação e reconfiguração da relação família-escola, a par da manutenção de cenários fracturantes e selectivos de desigualdade na escola, poderemos assegurar que caminhamos para um quadro de participação parental nas escolas em efectivo progresso? Uma participação contributiva para um cenário democrático? Poderão as Associações de Pais revigorar este pacto democrático?

## **2. Participação parental, dentro de um contexto de democratização; problematizando.**

Virgínio Sá (2003) refere que os diversos estudos sobre a participação parental são marcados por uma duplicidade. Essa duplicidade abarca o desenvolvimento da escola democrática, por um lado, e por outro lado, o advento da emergência de um sistema de participação parental que apresenta inconstâncias em vários pontos. Põe sobretudo a descoberto que vivemos contextos de consagração da participação parental nas escolas a par de restrições às formas e lugares para que essa participação aconteça.

O sistema de participação parental nas escolas, no qual se inclui a configuração de um movimento associativo parental, começa, antes de tudo, por ser fruto da regulamentação de um Estado seriamente preocupado com as debilidades encontradas na relação família-escola. Participação parental remete-nos, pois, para a democratização e sua problematização nas mais variadas esferas da realidade social.

Para quem se inicia nos estudos desta realidade os paradoxos parecem infundáveis e surgem nomeadamente sob a forma de reincidentes problemáticas, que dificultam a aceitação tácita de um contexto de proeminente democratização da escola e da vida social. Poderíamos, no entanto, centrar-nos num conjunto de investigações que relacionam o fortalecimento dos laços escola-família com o incremento do sucesso dos alunos e o aumento da satisfação dos profissionais da educação e das famílias no geral. Seguindo esta linha de pensamento, para as famílias de contextos sociais empobrecidos e minoritários o reforço do laço escola-família poderá contribuir para uma escola que integra ao invés de excluir (Chavkin (org), 1993; Dauber, Epstein, 1993; Clark, 1993; Rich, 1993; Hoover-Dempsey et al, 2002).

Analisemos de seguida alguns dos aspectos que problematizam a participação parental, trazendo a descoberto uma realidade mais controversa.



Porque é que pais e encarregados de educação não participam? Se existem instâncias previstas para formalizar o objecto participativo, porque nos deparamos com uma ausência, mais ou menos declarada, dos pais nas escolas? O sistema de participação parental foi se desenvolvendo à medida que a escola se foi democratizando (Lima, 1998). Com a implementação do novo modelo de gestão e administração escolar<sup>2</sup>, a temática relação família-escola recebe particular atenção, parecendo o legislador centrar-se numa maior abertura à participação parental e à constituição de uma verdadeira comunidade educativa. Essa participação formalizada tem lógica colectiva de actuação (Silva, 2003), dado que as Associações de Pais são destacadas para referenciar os pais ou encarregados de educação que asseguram a representação nos órgãos escolares<sup>3</sup>.

Desde logo, um primeiro problema se coloca, o da representatividade. E se pensarmos que estes organismos, como Pedro Silva adverte, são “ofício de classe média”, podemos igualmente pensar ou questionar sobre o tipo de representação realizada, os objectivos, e qual o público objecto dessa representação. Depois, podemos ainda referenciar a aceitação destes organismos nas escolas. Pedro Silva (ibidem), baseado em Anette Laureau, diz que os professores tendem a lidar com a participação de modo paradoxal: ora incentivam à participação e integração de pais próximos da sua cultura base, ora tendem a afastar estes mesmos pais, por serem justamente aqueles que maiores problemas trazem, com atitudes mais desafiantes e reivindicativas. Certo é que, integradas no discurso escolar, se encontram as mesmas considerações de há anos: “os pais não se interessam, não aparecem”. Mesmo incluindo a sua dimensão de actuação individual, isto é, quando pais se deslocam à escola para reuniões de turma ou para pedidos de esclarecimentos, entre outros, verificamos também a recorrência a um mesmo discurso: “aparecem sempre os mesmos pais”. A questão parece incomodar a todos, mesmo no tocante ao Estado, que obriga a uma participação formal efectiva e real dos pais nos órgãos escolares.

A ausência de pais ou a demissão participativa parental pode ser resultante de uma cultura escolar dominante que exerce uma violência sobre todas as culturas periféricas, mas também, de um movimento de participação parental emergente a partir ainda de 74, com desenvolvimento lento, tutelado por um Estado profundamente regulador, que tem vindo a proporcionar uma cultura de não aderência aos trâmites participativos da escola, e uma participação limitada e reservada só para alguns pais (Silva, 2003). Virgínio Sá (2003), no

---

<sup>2</sup>Decreto-lei nº 115 – A/98; Decreto-lei 75/2008, de 22 de Abril.

<sup>3</sup>Destaca-se os recém-criados Conselhos Gerais dos Agrupamentos Escolares, que prevêem um número muito semelhante para a representação parental e para a representação docente.

mesmo decurso de ideias, acrescenta que a indisponibilidade dos pais para participar nas escolas, mais do que uma situação sintomática de classe, é fruto dos próprios constrangimentos da cultura organizacional da escola e do seu processo de democratização. Não podemos descurar que esta participação ocorre no interior de uma organização, que é a escolar, com contexto institucional muito específico. A participação dos pais encontra-se, assim, subjugada a regras e normas que ultrapassam muitas das vezes a própria vontade do indivíduo, e que explicam o distanciamento que se verifica entre aquilo que se encontra decretado pela lei e o que acontece na prática escolar.

Esta problemática conduz-nos a uma outra: como foi instituído o sistema de participação parental? Qual a real pretensão para uma forte regulamentação estatal?

Uma análise constante à produção legislativa demonstra, como já havia sido referido, um potencial para uma participação parental cada vez mais evidente e progressivamente fortificada. Mas com que reais objectivos? Esta questão torna-se ainda mais perturbante se tivermos em linha de conta que os últimos 30 anos de produção enérgica de legislação incentivadora a uma maior participação parental desembocam numa realidade que posiciona Portugal como um dos países da Europa com menos propensão a uma efectiva ligação escola-família, onde os distanciamentos parecem maiores, com fracos níveis de participação dos pais. (Bogdanowicz, citado em Stoer e Silva, 2005)

Philippe Brown (1990), sociólogo britânico, expõe criticamente a ideologia da parentocracia no seu artigo, identificando uma vaga de reconversão da política pública educativa no seu país, que designa os pais como os principais clientes da escola. O pai visto como “consumidor” passa a exercer influência directa nas políticas educativas, uma vez que, ao escolher livremente a escola para os seus filhos, incita a um mercado educacional de livre concorrência. Não obstante, a parentocracia não representa um aumento de poder dos pais; ao invés, contribui para sérios riscos de incremento das desigualdades sociais, possibilitando que o Estado controle de forma indirecta, e à distância, professores e escola, por transferência de poder para os pais (Brown, 1990; Silva, 2003; Stoer, Silva, 2005a; Martins, 2003).

Ainda que existam evidências de que não experienciamos um verdadeiro mercado educacional<sup>4</sup>, a ideia de vaga de parentocracia enquanto conceito “ilusório” (Stoer, Silva

---

<sup>4</sup> Maria Vieira (2007) demonstra no seu artigo que predomina um “padrão de oferta única de educação” em Portugal. “Por um lado, nem todos os concelhos dispõem sequer de uma escola secundária, seja ela pública ou privada. Por outro, em mais de metade dos concelhos do território nacional (64,3%), as escolas de ensino secundário não se defrontam localmente com qualquer tipo de

2005a) permite que Pedro Silva identifique a participação parental e o seu desenvolvimento como mecanismo de resposta a uma crise de legitimação do Estado. Um Estado incapacitado de dar resposta, que designa novos actores estratégicos para cumprimento e implementação das medidas educativas (Faria, 2007). Por intermédio dessa designação, o Estado espera não perder o poder.

Várias características da relação família-escola, em contexto nacional, propiciam o reforço do controlo Estatal à distância. (Stoer, Silva, 2005a) Sobretudo aquelas anteriormente debatidas: um distanciamento progressivo entre pais e professores; uma relação entre culturas; uma dimensão individual de actuação mais evidente, a par de uma dimensão colectiva de actuação incipiente. Como Faria explica (2007), vivemos tempos de “governança”, onde a “vez” dos pais nem sempre é acompanhada da sua “voz”.

A participação parental e, neste caso, o movimento associativo parental, tiveram desenvolvimento “tutelado” por políticas que não têm resultado em mais participação. Aliás, as evidências demonstram que a génese do sistema de participação parental nacional se encontra associada a uma imposição vinda de “cima” e não, como seria desejável, a tipos de movimentação popular e/ou pressões vindas de “baixo”. Isto pode constituir um bom argumento para explicação de uma fraca tradição de participação parental. (Silva, 2003)

Virgínio Sá refere a existência de um “défice cívico” como realidade recorrente na não participação dos pais. Stoer e Silva (2005) argumentam que a passagem do modelo de “pai-colaborador” ao modelo de “pai-responsável”, presente no processo de reconfiguração da relação família-escola, envolve a própria reconfiguração da noção de cidadania e de uma identidade liberta e preparada para “reclamar” essa função cívica. Pedro Silva interroga o envolvimento estatal no desenvolvimento da relação família-escola, como medida que permite (ou não), o alargamento da própria sociedade civil. (Silva, 2003: 174)

Nesta ordem de ideias, podemos equacionar um outro cenário de problematização sobre este tema, que prevê que esse “défice” de participação parental incorra num movimento maior, de uma cultura demovida da participação social e, neste caso, da vida associativa. Consultando alguns estudos realizados na área da participação social e comportamento cívico, verificamos que Portugal apresenta “baixa propensão societal para a participação cívica, social e política (...)”. (Cabral, 2006)

---

concorrência, integrando todos os jovens-alunos da região no mesmo espaço educativo.” (Vieira, 2007:281)

Alguns indicadores respeitantes a este fenómeno demonstram as elevadas taxas de absentismo eleitoral (de resto comprovadas com as últimas legislativas, em 2011); o aumento dos níveis de desconfiança interpessoal e intrapessoal que, provocando rupturas, impelem a uma sociedade com défice de integração e coesão social; taxa de voluntariado inferior à média europeia; taxa de associativismo também em relação de inferioridade. (Cabral, 2006; Viegas, 2004; Halman, 2003; Delicado, 2003)

Este tipo de análise remete-nos para Robert Putman e a noção de capital social. “(...) social capital refers to connection among individuals – social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them.” (2000:19) Uma categoria que permite, uma vez aplicada a uma região, país ou comunidade, identificar os níveis de cooperação, a consciência cívica e política dos indivíduos, a integração social, entre outros, e, portanto, o estado da democracia nesse dado locus social. (Viegas, 2004: 33)

Loek Halman (2003) consegue uma operacionalização do conceito de capital social<sup>5</sup>, permitindo, por intermédio da análise estatística dos seus componentes, referir que Portugal apresenta um nível de capital social mais baixo comparativamente com outros países da União Europeia. Neste seguimento, e tendo em conta as dimensões que abarcam este conceito quando operacionalizado, é considerado que a participação cívica em Portugal apresenta um quadro de progressivo declínio.

Ana Delicado e José Viegas apresentam, por seu turno, dados respeitantes ao associativismo em Portugal. Nesta base de ideias, a participação em associações voluntárias surge como indicador de coesão social e da vitalidade cívica e democrática da sociedade (Delicado, 2003). Mais uma vez, Portugal apresenta, em 1999, uma das mais baixas taxas na pertença a uma associação: 25,6%, e no exercício de voluntariado numa associação: 16,3%, contra, respectivamente, 57,3% e 37,3% das médias europeias, consideradas para os mesmos anos (ibidem: 233). Viegas<sup>6</sup> (2004) acrescenta ainda que em Portugal os valores mais elevados no envolvimento activo numa associação são respeitantes às “associações desportivas, culturais e recreativas” e às “associações de solidariedade social e religiosas”.

---

<sup>5</sup> Principais componentes do Capital Social: activismo, envolvimento em redes, confiança interpessoal e normas de reciprocidade. Para aprofundamento, consultar obra Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa, capítulo 5.

<sup>6</sup> Note-se que o autor pretende analisar os efeitos e implicações democráticos das associações, por intermédio de critérios que medem o grau de voluntarismo, os recursos e orientações com o meio envolvente e os objectivos que as associações prosseguem. Essa dimensão não se encontra abarcada no presente trabalho, onde apenas foram utilizados os dados estatísticos para recurso a uma visão global da participação associativa.

## **No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais**

Mais a mais, os valores menos elevados registados na participação em associações de defesa de causas, socioculturais e sociopolíticas, a par dos acima evidenciados para os mais elevados, demonstram o défice de capacidade de contributo para o debate na esfera pública, essencial para a vitalidade democrática de uma sociedade (Viegas, 2004: 42,43). Destaca-se, especialmente em comparação europeia, os baixos níveis de envolvimento e envolvimento do tipo activo, nas associações de pais e nas associações de moradores: respectivamente, 4,8% e 2,8%. (ibidem)

A conjuntura demonstra que, quer se trate de associações próximas da esfera pública, como sejam sindicatos ou partidos políticos, ou de associações próximas da esfera privada, como as associações de pais e de moradores, os resultados colocam Portugal no plano europeu em situação de desvantagem e declínio.

Posto isto, o défice de participação parental nas escolas e nas associações de pais está relacionado com a actual cultura nacional de não participação. As associações de pais são afectadas, por um lado pelo efeito perverso de uma cultura nacional demovida de sentido cívico para participar, por outro, pelos contextos escolares onde se encontram inseridas que nem sempre possibilitam o desenvolvimento de uma cultura participativa parental no espaço escola. Podemos questionar, se a intensificação dos laços família-escola depende em boa medida da capacidade participativa dos pais, que cenários é que podem ser traçados para o futuro?

Quando falamos em relação família-escola e sobre a institucionalização da participação parental, apercebemo-nos de que esta relação ultrapassa em boa medida a simples conexão pais - professores ou família – escola; ela é também relação com o Estado, com a sociedade civil que suporta este Estado - Providência, com um mercado que capitaliza, em suma, com a democracia e com o processo de democratização de uma sociedade ainda com preponderância de desigualdade social (Silva, 2003).

## Capítulo II

### Participação Parental e Movimento Associativo Parental (MAP)

A emergência do sistema de participação parental nacional, coincidente com o movimento associativo parental (MAP), incide substancialmente na organização e desenvolvimento das associações de pais.

Como já havia sido referido, a forma como os pais e encarregados de educação podem participar da vida escolar dos seus educandos é variada e pode adoptar essencialmente duas vertentes de acção: por um lado, no acompanhamento dos trabalhos de casa; na preparação para a vida escolar; na estimulação e no incentivo ao trabalho escolar. Por outro lado, nas visitas regulares ao estabelecimento escolar; na participação das reuniões de direcção de turma; na participação das festas e eventos escolares; e, ainda, na forma de uma participação mais formalizada e colectiva, consubstanciada no papel e funcionamento das Associações de Pais, hoje em dia em claro destaque no domínio da participação e representação parental nas escolas. Basta lembrar que estes organismos são os legalmente responsáveis pela nomeação dos elementos que devem participar dos órgãos consultivos e de direcção estratégica das escolas.

O processo de desenvolvimento das Associações de Pais e o seu enquadramento legal no nosso país foi lento, marcado por vários avanços, mas também por alguns retrocessos. A participação parental do tipo formal teve um período inicial marcado por alguma invisibilidade social, onde se contavam poucas Associações de Pais, com níveis de actividade ainda restritos. Inclusivamente, o legislador, ao produzir documentos direccionados para a construção do modelo de escola democrática, após 74, e das suas novas formas participativas, parecia esquecer o papel que poderia estar reservado para os pais e encarregados de educação dentro da nova cena participativa escolar. Alguns autores, como Virgínio Sá ou Pedro Silva, falam num período de pura “encenação participativa”, quando se reportam à fase inicial das Associações de Pais e à participação parental em órgãos escolares, cujos propósitos seriam de natureza meramente consultiva ou informativa, e não participativa. Chegados aos dias de hoje, e em consonância com o período de autonomia da gestão dos estabelecimentos escolares, a participação parental ganha maior destaque e importância.

É verdade que a legislação, nomeadamente a que foi produzida desde a segunda metade dos anos 80 até à actualidade, tem reconhecido cada vez mais a importância da participação parental, incentivando, e muitas das vezes compelindo, à realidade participativa dos pais e encarregados de educação nas escolas. Sendo também verdade que têm sido os próprios

intervenientes a conquistarem este lugar privilegiado de participação dentro das escolas onde os seus educandos e filhos estudam. Ora, somente por intermédio desta ordem de ideias é que podemos compreender o distanciamento entre o que se encontra consagrado na lei e o que realmente acontece nas escolas portuguesas. E, desta maneira, entre Associações de Pais muito activas, com papel preponderante na vida escolar, e outras que se sabem menos activas, e instrumentalizadas para benefício da própria estrutura escolar.

As primeiras Associações de Pais datam ainda da década de 60, constituídas em colégios católicos particulares. Albino Almeida, actual presidente da Confederação Nacional de Associações de Pais refere:

“(...) apercebendo-se da dificuldade da tarefa educativa para além da instrução, as escolas privadas acharam melhor colocar os pais na parte de dentro, de modo a que estes viessem a ser parte da solução e não do problema.”<sup>7</sup>

Tal facto leva a que, hoje em dia, alguns autores considerem que o “embrião” deste movimento tenha carácter conservador, relacionando-o com as classes sociais superiores e com a Igreja. Desta maneira, é argumentado que as Associações de Pais constituem um “ofício de classe média”, e não uma realidade participativa para a generalidade das famílias portuguesas (Silva, 2003)

Não obstante, com Abril de 74, considera-se que o MAP ganha forma, tentando acompanhar a proliferação de movimentos populares e a efervescência participativa vivida nesta altura. Apesar de constituir um movimento com vitalidade inferior à de outros desta época, nomeadamente por não estar ligado a movimentações e reivindicações populares, encontram-se alguns momentos na produção legislativa que terão sido fundamentais para a institucionalização e reconhecimento das Associações de Pais.

Em Abril de 76, acontece o primeiro encontro nacional de Associações de Pais e, um ano depois, é redigida a primeira legislação respeitante a estes organismos e constituída a primeira grande organização colectiva de Associações de Pais, o SNAP (Secretariado Nacional de Associações de Pais). A lei 7/77 proporcionou, desta maneira, uma primeira abordagem directa ao trabalho e actividade de uma Associação de Pais. Não obstante, por não determinar objectivos claros sobre o tipo de participação que estaria reservado para estes organismos, e ainda por apenas estar destinada aos ensinos preparatório e secundário, considera-se que foi uma lei com carácter incipiente no respeitante à matéria da participação parental. Somente em 1984, com o decreto-lei 315, é que assistiríamos à aplicação do disposto sobre Associações de

---

<sup>7</sup> Excerto da entrevista realizada a Albino Almeida.

## **No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais**

Pais a todos os graus e modalidades de ensino. Posteriormente, já em 1990, com o decreto-lei 372, são alterados os procedimentos jurídicos para a constituição de uma Associação de Pais, facilitando todo o processo legal e incentivando à formalização destes organismos, nomeadamente por concederem aos titulares de órgãos das associações o direito de participarem das reuniões com falta justificada, mas com salário correspondente não atribuído, e ainda por responsabilizarem os órgãos directivos escolares pela viabilização das actividades desenvolvidas pelas Associações de Pais.

Em matéria de legislação sobre o sistema de ensino em Portugal, alguns momentos devem ser destacados pelo crescendo da importância da participação parental, nomeadamente: a lei de bases do sistema educativo em 1986, com referências à democratização da participação no sistema escolar, mediante intervenção directa dos principais agentes educativos; os diversos documentos legais que determinaram a representação parental nos Conselhos Pedagógicos, nos Conselhos Consultivos, nos Conselhos Escolares, nos Conselhos de Turma (entre outros, decreto-lei 211-B/86; despacho 8/SERE/89; decreto-lei 172/91), com especial incidência sobre o papel das Associações de Pais enquanto instância privilegiada e mediadora dessa representação; e ainda, partindo do decreto-lei 115-A/98, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino básico e secundário e dos agrupamentos escolares, conducente a uma nova realidade do sistema de ensino português, a preparação de terreno da actividade das Associações de Pais e do papel da representação parental dentro de um quadro de descentralização da gestão do ensino. A este propósito, e mais pormenorizadamente, logo em 1999, com o decreto-lei 88, a Lei das Associações de Pais é alterada de acordo com o novo regime de autonomia, e mais recentemente, em 2006, é efectuada uma segunda alteração com a Lei 29, que definiu os deveres das Associações de Pais a nível local, nacional e regional, determinando um conjunto de créditos de dias renumerados para a participação nas reuniões dos órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos escolares, dos Conselhos Municipais de Educação e nas Comissões de Protecção de Menores. O presente documento determinou ainda que as Associações de Pais podem solicitar o estatuto de utilidade pública, de modo a que se responsabilizem pela organização das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e das diversas actividades de componente de apoio às famílias. Dentro ainda do presente quadro de autonomia na gestão dos estabelecimentos de ensino, em 2008 é publicado o decreto-lei 75, que vem reforçar a importância da participação e envolvimento das famílias e comunidades nas escolas, considerando imprescindível a participação efectiva destes agentes nos órgãos escolares de direcção estratégica. Entre eles, e no respeitante à constituição dos agrupamentos escolares, é



destacado o actual Conselho Geral, por ter representação diversificada de agentes, e representação parental em número não inferior à representação docente. O órgão mencionado constitui um elemento central na actual política de gestão dos estabelecimentos de ensino, sendo o responsável pela aprovação dos projectos educativos dos agrupamentos, dos regulamentos internos das escolas, e pela eleição e destituição do Director do agrupamento escolar.

Desta maneira, tendo em linha de conta os últimos 30 anos de produção legislativa, e talvez procurando um certo distanciamento das análises mais críticas relativas a esta produção – como as que fizeram Pedro Silva, Virgínio Sá, Licínio Lima, entre outros –, sabemos estar numa altura em que a participação parental se encontra na boca de cena das actividades escolares, e que se encontra enquadrada num movimento em crescendo. Não podemos de momento referir que não existam incentivos suficientes para que esta participação seja real, constituindo a própria legislação actual, e o ambiente circundante das escolas, factores favoráveis a essa participação. Não obstante, e considerando os demais paradoxos que povoam este género de análise – como aqueles referidos no segundo ponto do capítulo anterior – sabemos também que esta realidade não constitui uma verdade para todas as escolas portuguesas, existindo ainda escolas sem Associações de Pais, ou Associações de Pais relativamente enfraquecidas, com níveis de actividades pouco visíveis.

Consultando alguns documentos providenciados pela página online da Confederação Nacional da Associação de Pais, sabemos que actualmente o Movimento Associativo Parental encontra-se distribuído por uma estrutura nuclear representada pela CONFAP, 15 Federações Regionais, 47 Federações Concelhias e 1865 Associações de Pais. Sabemos, inclusivamente, que o número de Associações de Pais deverá ser superior a este, uma vez que em 2008 uma nova confederação foi constituída, a Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação, com associados que se desagregaram da CONFAP. Este facto é demonstrativo de que a participação parental, quando analisada enquanto movimento social, com uma estrutura hierárquica e dinâmicas próprias, encontra-se ainda em progressivo desenvolvimento.

Nesta conformidade, fazer uma análise que incida sobre dificuldades associadas à actividade desempenhada por uma Associação de Pais numa escola obriga ao reconhecimento de algumas considerações: que a realidade participativa parental do tipo formal encontra-se ainda em fase de desenvolvimento e crescimento no nosso país; que existe abertura suficiente para que essa participação seja efectiva e real, consubstanciada na legislação que previne e determina esta participação; que existem dificuldades e constrangimentos, face a esta

## **No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais**

realidade participativa, de natureza histórica e cultural, como nos evidenciam estudos conduzidos nesta área, mas também que a própria postura dos intervenientes - ou seja, dos pais que participam, dos corpos directivos e docentes das escolas - é determinante para elevar essa condição participativa a um verdadeiro movimento estruturado e disseminado pelas escolas do país.

### Capítulo III

#### Estratégia Metodológica

As escolhas metodológicas efectuadas para o presente estudo foram determinadas pela natureza da investigação e pelos objectivos pretendidos. Desta forma, e uma vez que se pretendia a exploração do modo de funcionamento de uma associação de pais no contexto da relação família-escola e da participação parental, e das visões/percepções existentes na comunidade escolar a este propósito, foi dada particular atenção ao tipo de dificuldades e obstáculos que afectam o desempenho e actividade destes organismos.

Sob este objectivo, pareceu viável a concepção de um estudo de caso que providenciasse um contacto aproximado ao objecto de estudo considerado, e que privilegiasse os discursos e as visões dos principais agentes envolvidos, bem como uma análise que permitisse o levantamento conciso dos principais obstáculos à actividade de uma Associação de Pais, por intermédio da consulta de documentos, da observação e de entrevistas.

Após o primeiro contacto com a Associação de Pais da Escola Secundária Reynaldo dos Santos com 2º e 3º ciclos<sup>8</sup> e, deste modo, da constatação de que se tratava de uma associação com alguns problemas de mobilização de pais e de organização de actividades, pareceu pertinente elevar o estudo a dois níveis distintos de análise: 1 – entendimento e captação de percepções sobre o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais, sobre o seu papel e importância para o contexto escolar e para a relação família-escola; 2 – entendimento e sinalização do tipo de dificuldades e obstáculos que podem “contaminar” o seu funcionamento e a sua visibilidade.

A escolha desta Associação de Pais deveu-se essencialmente a questões de logística e de facilidade de penetração no terreno, mas também por se encontrar sediada num contexto escolar alargado, com oferta formativa diversificada, com um corpo docente estabilizado e por se encontrar há 23 anos em actividade (não obstante os períodos de interregno).

Neste seguimento, entre as técnicas privilegiadas para recolha de informação contam-se as entrevistas semi-directivas, em profundidade, realizadas a 3 membros da Associação de Pais, 4 docentes, ao Presidente do Conselho Executivo, a 4 pais não pertencentes ao núcleo associativo e a 2 ex-membros de direcções anteriores da Associação de Pais.<sup>9</sup>

O objectivo consistiu na recolha de uma pluralidade de discursos que não se esgotassem somente na categoria dos pais integrados na APRS. Desta forma, e por se saber que as

---

<sup>8</sup> Daqui em diante designada pela sigla APRS.

<sup>9</sup> Ver Anexo A Guiões das Entrevistas.

associações de pais se encontram em claro destaque na participação parental e na relação família-escola, tornou-se essencial a captação dos discursos surgidos do lado escolar – professores e Conselho Executivo; e do lado familiar – pais integrados na Associação de Pais e pais não integrados na mesma. Os guiões construídos foram exclusivamente estruturados para cada grupo alvo, mas possibilitaram, no final, uma análise consubstanciada em grelhas analíticas, apoiadas, por seu turno, num processo de categorização geral<sup>10</sup>. Estas categorias permitiram o tratamento das percepções adquiridas sobre um conjunto de temas de contextualização e de outros direccionados para o objecto de estudo em si. A saber: a relação família-escola; os papéis educativos reservados para cada uma destas instituições; a relação professor-pai; o papel e funcionamento da APRS dentro da comunidade educativa; a relação APRS – escola; a relação APRS – Pais; dificuldades e obstáculos, de natureza interna (isto é, no interior da própria dinâmica de funcionamento da Associação e das interações estabelecidas) e externa (afectos a todos os factores que ultrapassam a actividade e vontade dos elementos dinamizadores da Associação), que subsistem no funcionamento e na institucionalização da Associação de Pais, em contexto escolar. Note-se que todo o procedimento foi apoiado pela observação não-participante, tendo a investigadora assistido a algumas das reuniões realizadas pela APRS, de forma a captar as dinâmicas internas de funcionamento, o tipo de relação mantida entre os elementos, e ainda para efeitos de sinalização de potenciais entrevistados. O período de observação e de proximidade ao contexto compreendeu os meses de Março a Setembro de 2009.

Uma vez que um dos principais objectivos se prendeu justamente com a captação das dificuldades, obstáculos e fragilidades institucionais da Associação em questão e, acrescente-se, por se saber que esta contava já com alguns anos de actividade, enveredou-se também por uma abordagem que permitisse a desconstrução da história da própria APRS, traçando, assim, um tipo de perfil histórico. Como tal, as entrevistas realizadas a 2 elementos pertencentes a anteriores órgãos de direcção foram essenciais, mas necessariamente complementadas com uma análise documental realizada ao conjunto de actas das reuniões da associação, disponibilizadas à investigadora. Estas actas remetem para o período inicial, ou de arranque, da Associação, e estendem-se até à actualidade.

Apesar de existirem algumas lacunas na informação, dado que muitos períodos não se encontram devidamente registados em acta, foi possível a reunião suficiente de informação para que se procedesse a uma análise temática dos conteúdos destes documentos. Este

---

<sup>10</sup> Ver anexo B, exemplos das Grelhas utilizadas para análise das entrevistas.

## **No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais**

processo desdobrou-se na construção de grelhas analíticas que permitiram, no final, a percepção da APRS e da sua história, organizada em 4 períodos distintos, cada um marcado por direcções diferentes; funcionamentos e organizações também distintos e, acima de tudo, dificuldades e obstáculos distintos, e outros marcados pela intemporalidade.

A par de todo o trabalho desenvolvido de levantamento e aprofundamento do tema, foi consultada ainda a legislação afecta à participação parental e às associações de pais, e posteriormente organizada, com auxílio ainda de bibliografia específica sobre o tema, uma tabela que reuniu cronologicamente os principais acontecimentos demonstrativos do movimento de participação parental e do crescimento das Associações de Pais em contexto nacional.

Todo o processo de levantamento e reunião de informação decorreu em normalidade, com participação de todos quantos foram solicitados para a presente investigação. Neste seguimento, importa registar que diversas conversas foram realizadas a título informal com elementos pertencentes aos corpos sociais da Associação, ao corpo docente da escola, e com pais não integrados no órgão representativo parental, que não foram incluídos no âmbito das entrevistas. Destaque-se igualmente a entrevista de natureza exploratória realizada ao actual Presidente da CONFAP, que permitiu uma melhor delimitação do objecto de estudo e dos objectivos que servem a investigação.

## Capítulo IV

### Bloco I – Contextualização, Percepções e Olhares.

#### 1. Dados de Caracterização

##### 1.1 Escola Secundária, Professor Reynaldo dos Santos com 2º e 3º Ciclos

A Escola Secundária, Professor Reynaldo dos Santos, com 2º e 3º Ciclos, encontra-se localizada na cidade de Vila Franca de Xira, e está integrada, desde 2008, no Agrupamento de Escolas Professor Reynaldo dos Santos. Constituindo a escola-sede do Agrupamento, foi alvo de uma recente requalificação proporcionada pelo Programa de Modernização do Parque Escolar, destinado ao Ensino Secundário, pelo que passou a beneficiar de uma boa rede de equipamentos tecnológicos, salas devidamente preparadas para o ensino artístico, excelentes laboratórios, uma biblioteca bem apetrechada, um pavilhão polivalente, salas de trabalho reservadas para os docentes e para os alunos, e equipamentos preparados para utilização de pessoas com mobilidade condicionada (Relatório de Avaliação Externa das Escolas – IGE).

A oferta formativa da escola é diversificada, incorporando, dentro das suas instalações, a grande maioria da oferta do Agrupamento Escolar em si, a saber: o 2º ciclo; o 3º ciclo, Ensino Regular, com o 7º, 8º e 9º anos, e os Cursos de Educação e Formação (CEF): Acompanhante de Acção Educativa, Operador de Informática, Operador de Armazém e Canalizador; é ainda de referir o ensino secundário, com os cursos para prosseguimento de estudos: Ciência e Tecnologias, Línguas e Humanidades e Artes Visuais, bem como Cursos Profissionais nas áreas de informática, educação, gestão e publicidade.

Actualmente, tem cerca de 900 alunos e um corpo docente estabilizado, na ordem dos 90 professores. Apesar de servir uma determinada área geográfica, que compreende algumas das freguesias do concelho de Vila Franca de Xira, o Presidente do Conselho Executivo (actual Director do Agrupamento), refere que é “uma escola para todos”. A opção por este estabelecimento de ensino, e conseqüente aceitação de alunos, depende em boa medida da própria oferta formativa e das escolhas e aspirações dos jovens que a procuram.

Quando questionado sobre o meio social envolvente e composição social dos alunos, refere, em termos genéricos, que este é “médio e médio baixo”, dada a proximidade de bairros de habitação social.

Fica subentendido que esta escola, anteriormente marcada como “elitista” por todos os professores entrevistados, regista agora, entre a sua população estudantil, maior diversidade de situações socioeconómicas e familiares e uma maior abertura à recepção de alunos provenientes de contextos sociais empobrecidos.

Este factor, conjugado com a progressiva diversificação da oferta formativa, constituem claramente, para todos os entrevistados, as principais mudanças a assinalar desde a década de 80, período em que surgiu como uma das escolas secundárias existentes no concelho de Vila Franca de Xira.

No que se refere a matéria de participação parental, e consultando o Relatório de Avaliação Externa do IGE (Inspeção Geral do Ensino), desenvolvido no início de 2011, é referida a boa abertura do Agrupamento Escolar à recepção e envolvimento dos pais, destacando-se, nas diversas escolas que compõe o agrupamento escolar, um bom nível de participação parental nas festas de final de período/ano, na recepção aos alunos e nas reuniões com directores de turma. São mencionadas ainda acções de sensibilização sobre um conjunto de matérias como a gestão de conflitos e acompanhamento escolar, entre outras, destinadas aos pais, mas com nível participativo francamente mais baixo. As associações de pais parecem desempenhar um importante papel na estimulação da participação da comunidade educativa no Agrupamento Escolar, pelo que são destacadas nos processos de reivindicação pela melhoria de condições materiais das escolas, na realização e gestão das Actividades de Enriquecimento Curricular, na angariação de verbas para aquisição de equipamentos e financiamento e apoio a alunos carenciados. Neste sentido, merece a pena evidenciar que a APRS apenas serve a escola-sede do Agrupamento, pelo que existem outras Associações afectas às restantes escolas. Deste modo, não são encontrados, no relatório providenciado pela IGE, dados exclusivos sobre a Associação de Pais da Escola Secundária Reynaldo dos Santos.<sup>11</sup>

## **1.2 Associação de Pais da Escola Secundária Reynaldo dos Santos**

A APRS da escola-sede do Agrupamento de Escolas Reynaldo dos Santos existe desde 1988. Desde o seu surgimento até à actualidade, contabilizam-se 5 conjuntos de órgãos sociais desta Associação e, por isso mesmo, 5 corpos directivos, e um longo período de interregno compreendido entre os anos lectivos de 1997/1998 a 2004/2005.

---

<sup>11</sup> Ver Anexo C, Quadro 1 Caracterização dos docentes entrevistados e Quadro 2 Caracterização dos pais não pertencentes à APRS entrevistados.

A configuração actual, correspondente à 5ª constituição dos órgãos sociais, alvo presencial do estudo desenvolvido, existe desde 2008 e mantém os mesmos dirigentes até aos dias de hoje. A Associação conserva algumas das prerrogativas dos estatutos inicialmente redigidos em 1988, designadamente os objectivos que delimitam a sua acção e número de órgãos sociais constituintes, tendo recentemente alterado alguns dos seus artigos. Principalmente no que se refere à manutenção de uma bolsa de sócios - actualmente inexistente, pelo que todos os pais e encarregados de educação da Reynaldo dos Santos poderão participar de todas as actividades da Associação de Pais, incluindo a participação nas Assembleias Gerais para efeitos de eleição dos corpos sociais; e ainda ao número necessário de elementos para configuração das listas elegíveis – com a diminuição do número previsto para constituição da Direcção, de 7 membros efectivos para 5, prevenindo, desta maneira, a abstenção participativa no momento eleitoral.

Por outro lado, e uma vez que os presentes estatutos ainda não foram publicados e aprovados, a Associação vive a situação extraordinária de se reger, em simultâneo, quer pelos estatutos ainda em vigor, quer pelos que se encontram em pré-aprovação, ignorando muitas vezes alguns dos procedimentos legais previstos pelos mesmos – o registo em acta de todas as reuniões efectuadas, o cumprimento do processo eleitoral para constituição dos órgãos sociais e a realização das reuniões de Direcção, com presença de todos os elementos que queiram participar das mesmas.

Neste seguimento, exerce a sua actividade independentemente de qualquer ideologia política ou credo religioso, mantendo como objectivos principais o apoio aos estudantes e resolução dos seus problemas, bem como o apoio aos pais e seu relacionamento com a escola, formalizando um meio organizado de intervenção da família no processo educativo. Não existindo obrigatoriedade para uma inscrição prévia, são considerados membros da APRS todos os pais ou encarregados de educação que desejem participar e cujos filhos ou educandos se encontrem a estudar no estabelecimento de ensino em consideração.

Actualmente, a Associação é composta pelos seguintes órgãos sociais: Assembleia Geral (responsável pela convocação das eleições e recepção/registo das listas candidatas, entre outros) - composta por Presidente, Vice-Presidente e um Vogal; Conselho Fiscal (responsável pelo controlo das contas anuais) - composto por Presidente, um 1º Vogal e um 2º Vogal, e a Direcção (responsável por cumprir as deliberações da Assembleia Geral, gestão dos bens, representação da Associação e dinamização de actividades) - composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário/a, Tesoureiro/a, 1º Vogal, 2º Vogal e 3º Vogal).



## No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais

A composição social da APRS demonstra a preponderância de categorias socioprofissionais de nível intermédio. Desta maneira, podemos relembrar Pedro Silva (2003), quando refere que as Associações de Pais constituem um “ofício de classe média”, mais próximas da cultura escolar do que da cultura de quem tentam representar. Veja-se o quadro seguinte.

**Quadro nº 1.2.1. Caracterização Sociográfica dos elementos da Associação de Pais**

Órgão Social	Cargo	Idade	Habilitações Literárias	Profissão
<b>Assembleia Geral</b>	Presidente	54	9º ano	Desempregado / antigo Técnico de Electromecânica
	Vice-Presidente	48	9º ano	Escriturária
	Vogal	45	12º ano	Técnica de Biblioteca
<b>Conselho Fiscal</b>	Presidente	43	12º ano	Técnico de Planeamento Industrial, 1ª cat.
	1ª Vogal	Desconhecido		
	2ª Vogal			
<b>Direcção</b>	Presidente	50	12º ano	Delegada de Propaganda Médica
	Vice-Presidente	43	Bacharel	Professora – Explicadora
	Secretário	43	12º ano	Técnico Profissional de Museografia
	Tesoureira	42	7º ano	Desempregada/ antiga administrativa
	1ª Vogal	Desconhecido		
	2ª Vogal			
3ª Vogal				

## 2. Família-escola, que relação?

A relação família-escola surge quase de forma espontânea nos discursos dos entrevistados. No seguimento das diversas considerações debatidas sobre o funcionamento e papel da Associação de Pais e, desta maneira, das dificuldades e obstáculos que acreditam marcar a realidade participativa parental, são sinalizadas questões periféricas que aprofundam a própria natureza da relação família-escola nos dias de hoje. Desde logo, uma ideia parece prevalecer e abranger a totalidade das percepções recolhidas: que a relação família-escola é de elevada importância para o processo educativo, apresentando, no entanto, um conjunto de irregularidades que marcam negativamente este interface.

A maioria dos entrevistados faz uma distinção entre o que, por um lado, acreditam constituir a relação família-escola, e por outro, aquilo que esta representa para o seu

## No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais

quotidiano e experiências pessoais. Seguindo esta ordem de ideias, são projectadas positivamente as noções de complementaridade, parceria e colaboração, que alguns dos entrevistados associam à relação entre pais-escola/professores e vice-versa, a par de uma visão real mais fracturante, quando declaram que existe ainda “divórcio” e um distanciamento difícil de contornar. Subjacente a estas considerações, é assumido que se trata de uma relação suportada por um contínuo processo de aprendizagem:

“Ainda há um divórcio... ainda há um divórcio, mas... quer dizer, é cada vez maior a proximidade, até porque a escola, hoje em dia, não deixa... não deixa, digamos, consumir esse divórcio por muito tempo.” Professor<sup>12</sup>

“(...) Bom não existe uma parceria declarada... mas somos colaboradores. Para haver parceria tínhamos que ser mais activos.” Dirigente da APRS<sup>13</sup>

“(...)é que a escola não está adaptada, nem os pais possuem a formação suficiente para poderem vir à escola e poderem trabalhar em paralelo com a escola.” Professora

“Eu penso que actualmente se pensa assim um bocado... que os pais são intrusos, vamos dificultar para que eles não possam vir cá verificar a escola, se há papel higiénico, se as retretes cheiram mal, se os alunos aprenderam bem as lições, se os professores são empenhados...(...)” Antiga Dirigente da APRS

“(...)Hoje em dia penso que é tudo uma questão de complementaridade... muito embora eu considere que os pais ainda têm um longo caminho a percorrer, inclusivamente no processo de intervenção. Os pais têm que se tornar mais interventivos. (...)” Presidente do Conselho Executivo.

Não obstante, este processo de aprendizagem não será igual para pais e escola. Do lado escolar, o discurso revela que as lacunas maiores surgirão entre os pais, por se apresentarem como um grupo que evidencia uma má preparação generalizada para se relacionar quer com professores, quer com questões educativas escolares. Não só por demonstrarem incapacidade interventiva, como ainda por apresentarem desconhecimento sobre os diversos aspectos do processo educativo, desvalorizando o papel da escola. Um dos professores ao evidenciar que a escola corresponde ao elemento que não permite que esse distanciamento ou divórcio seja consumado, acaba de certa maneira, por reservar para o lado parental as maiores

---

<sup>12</sup> De forma a preservar o anonimato dos entrevistados, opta-se pela designação geral de Professor ou Professora.

<sup>13</sup> De forma a preservar o anonimato dos entrevistados, opta-se pela designação de Dirigente da APRS e Antiga Dirigente, para os casos dos elementos pertencentes a antigas composições da Associação.

responsabilidades sobre esta separação, e para a escola o verdadeiro esforço para uma aproximação.

Os pais, por seu turno, sentem que a escola ainda se apresenta como um espaço fechado e interdito, levando a que se autodenominem de “intrusos”. É interessante verificar que esta visão, sendo partilhada pelo conjunto dos pais que integram ou integraram a APRS, não é encontrada nos discursos dos pais que optam por não integrar este organismo. Para estes, é suficiente a boa relação que mantêm com os Directores de Turma ou com o Conselho Executivo para objectivar uma relação família-escola positiva, não existindo considerações aprofundadas sobre a natureza em si das interacções mantidas.

Neste seguimento, é importante referir que os pais que integram a associação acreditam beneficiar de uma condição privilegiada que os aproxima do contexto escolar, estando esta ideia de “pai intruso” muitas vezes associada inclusivamente ao pai que, sendo “desinteressado”, não chama a si a responsabilidade de participar. A dirigente da Associação, ao referir que uma efectiva parceria necessita de um efectivo processo interventivo, demonstra que a complementaridade entre a família e a escola é sustentada pela manutenção de um grupo activo de pais que se co-responsabilizam activamente pelo processo educativo, impondo à própria escola a aceitação desse princípio participativo. O próprio Presidente do Conselho Executivo remete para os pais a responsabilidade pela lacuna participativa ou o fraco envolvimento, considerando-os os principais culpados por não se encontrarem devidamente integrados no contexto escolar. De resto, esta visão é inclusivamente atestada quando refere: “Nós em momento algum recusamos receber pais...em nenhum momento. Mas, de facto achamos que continua a haver um divórcio dos pais em relação à escola... nota-se mesmo. (...)”

Uma escola com abertura suficiente, cujo “divórcio” é analisado apenas num só sentido “dos pais em relação à escola...”. Com o discurso de uma das antigas dirigentes da Associação, e seguindo a linha de pensamento dos restantes elementos que compõe o grupo dos pais daquele organismo, entendemos que as fragilidades encontradas na relação família-escola estão distribuídas por dois níveis de culpabilização: “(...)Por um lado há o desinteresse dos pais, como já falámos, e por outro esse funcionamento em bloco dos professores que não querem interferências exteriores.”

Resta, no entanto, entender de que modo é que esse processo interventivo parental deve acontecer. E neste ponto, particularmente para os professores, é perceptível a existência de um ideal-tipo de pai mais “apto” a preencher os trâmites participativos no contexto educativo, com capacidade intelectual para o fazer. Da mesma forma, é sustentada uma visão que apela à

participação e envolvimento parental resultante numa relação família-escola do tipo cooperante. Pais não devem agir em descontinuidade com as regras e normas escolares. E não devem tecer qualquer tipo de consideração sobre o funcionamento em sala de aula.

“(…)os pais que vêm à escola, mesmo esses, vêm numa de reclamar... que os horários estão mal feitos, que o menino foi para à rua e não devia ter ido, que foi castigado e não devia... quer dizer, não acho que estejam preparados para virem à escola cooperar! Por enquanto não estão...!” Professora

### **3. Escola e/ou família, que papéis educativos?**

A relação família-escola acontece no cruzamento de dois campos de força distintos. De um lado, uma escola que acredita revelar abertura suficiente à recepção parental, delimitando, no entanto, o espaço de actuação dos pais, inclusivamente por acreditar que estes se encontram indevidamente preparados para cooperar; do outro, pais interventivos que chamam a si a responsabilidade de agir e de actuar, que perspectivam um corpo docente corporativista a par de uma demissão participativa parental que fragiliza o elo de ligação escola-família, associada a todos os indivíduos “desinteressados” do processo educativo dos próprios filhos e educandos. Por intermédio desta acepção de ideias, foi ainda possível perceber que os entrevistados estabelecem, ainda que de forma flexível, uma distinção nos papéis educativos reservados para a escola e para os pais/família. Esta visão encontra-se mais comumente entre os pais que não integram a Associação. Desta maneira, a escola destina-se à transmissão de conhecimento e portanto, à educação do tipo formal, estando reservada para a família o domínio da afectividade, valores e normas de conduta.

“(…) a escola não pode substituir o papel da família não é? Obviamente que é a família que tem de dar a educação e as regras. (...) a escola é sobretudo o processo formativo, da formação do indivíduo. Mãe não pertence à APRS

“A família caracteriza-se por se basear em relações afectivas das quais resultarão a formação de carácter das crianças, bem como a malha dos valores fundamentais... E o equilíbrio global enquanto ser humano. (...) Quanto à Escola... penso que tem a missão de fornecer à criança conhecimentos específicos em diversas áreas do conhecimento humano, com vista a formar um futuro cidadão de qualidade (...). Pai não pertence à APRS

Professores e pais pertencentes à Associação apresentam uma visão mais conflituosa. Ainda que nenhum dos dois grupos desconsidere a fronteira que deve existir entre uma e

## No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais

outra entidade educativa, ou de um ideal partilhado de funções em complementaridade, referem alguns fenómenos actuais explicativos de maior sobreposição de papéis e funções educativas, nem sempre com contornos positivos.

“(…) eu irrita-me um bocado aquela história dos pais são responsáveis, têm que ser responsáveis, então e os professores? Então e não são eles responsáveis dentro da sala de aula? Eles não sabem que mesmo os meninos bem comportados ao pé da mãe e que obedecem sempre aos pais, no contexto da sala de aula, acabam por ir atrás dos outros? (...) a mim nesse sentido a escola tem a sua responsabilidade de educar o meu filho dentro da escola... os professores, os auxiliares, toda a gente.”  
Dirigente da APRS

“(…)hoje há muito mais separações, divórcios, pais que não se casam e portanto, as famílias hoje em dia são monoparentais e as que não são, são de uma grande confusão... (...)há uns anos não precisávamos de sermos pais e mães dos miúdos(...) a escola tem que estar adaptada a estes miúdos e a estas novas realidades.” Professora

“A maior parte dos pais acha que os meninos podem fazer tudo na escola... deixam-nos na escola e vão à vidinha deles, não vamos cá estar com coisas! É uma minoria os pais que realmente se interessam! (...)” Antiga dirigente da APRS.

“Não acho que haja uma fronteira rígida, o que acontece é que agora os pais desresponsabilizam-se e esperam que a escola eduque os filhos. Não acho que isto seja positivo, quem tem que os educar são os pais, nós temos que ensiná-los... ajudá-los a aprender coisas, a atingir maturidade intelectual (...)”  
Professora de Português

Seguindo esta linha de raciocínio, é afirmado que existe actualmente uma desresponsabilização parental face ao tipo de educação facultada, muito embora motivada pela azáfama do dia-a-dia, que transfere para a esfera escolar um papel mais preponderante na vida educativa das crianças e jovens. Como alguns entrevistados argumentam, os próprios currículos escolares determinam a transmissão de conteúdos educativos outrora exclusivos da esfera familiar – como sejam a Educação Sexual e questões de cidadania, entre outros.

Neste seguimento, é detectado que professores associam também as questões de indisciplina e o insucesso escolar a esta demissão educativa. O discurso que efectiva a escola como “depósito de crianças”, referido pelo Presidente do Conselho Executivo em entrevista, parece ganhar cada vez mais força entre a população docente. Sob este ponto de vista, os próprios pais juntam a esta demissão a tendência de desmobilização para a participação e para o envolvimento da vida escolar dos filhos e educandos, que acaba por marcar substancialmente o quotidiano escolar.

#### 4.Pais e Professores: (menos) proximidades e (mais) distanciamentos

Um dos aspectos mais preponderantes na corrente pesquisa aponta para um “diálogo impossível”<sup>14</sup> entre pais e professores. Mesmo quando nos reportamos ao grupo de pais pertencente ao núcleo da APRS, com cultura potencialmente mais próxima da cultura escolar. Neste sentido, a perspectiva de uma relação entre culturas, defendida por Pedro Silva (2003), aquando da sua investigação, parece determinar o tipo de relação família-escola que encontramos neste terreno.

Os distanciamentos podem ser medidos sob um conjunto de aspectos demonstrativos de posicionamentos distintos face a questões como as que acabaram de ser descritas, ou na manutenção de visões mais fracturantes, como quando os pais se sentem incapacitados para participar e os professores categorizam o tipo de pai apto a formalizar essa participação.

Este nível interactivo corresponde a grande parte das dificuldades e obstáculos que envolvem a relação família-escola, e que determinam o acesso participativo dos pais ao contexto escolar. Existe, particularmente entre os professores, uma ideia de incompreensão, muitas das vezes elencada na própria incapacidade da escola em lidar com o conjunto heterogéneo dos seus pais.

“A escola tem uma linguagem que não é entendível por todos. (...) Por incrível que pareça, há pessoas que não percebem isso, e não percebem que a sua linguagem, a maneira de agir, etc., não chega... a todos...” Professor

“(...) os pais às vezes esquecem-se que nós também somos pais... nós percebemos muitas das suas frustrações mas também conhecemos coisas dos seus filhos que eles próprios não conhecem, não é?(...) a maioria dos pais não entende os professores e a maioria dos professores não entende os pais de um modo geral (...) nunca houve um entendimento ou cooperação. Depois os pais têm a mania que os professores não sabem nada e eu acho que têm um bocado de razão (...).” Professora.

Estes desentendimentos encontram-se claramente associados às razões que conduzem os pais à escola, quando motivados pelas questões de indisciplina dos seus filhos, pelo risco de retenção, ou pela conduta pedagógica dos professores. Estas situações abarcam, de resto, para os docentes, o grande grupo de questões que trazem voluntariamente os pais à escola.

---

<sup>14</sup> Perrenoud, (2001)

Os professores sentem que muitas das questões de indisciplina ou de insucesso escolar se encontram agravadas pela demissão educativa parental, responsabilizando-os directamente pelas falhas e lacunas formativas dos alunos, e os pais sentem que se movem diante um grupo “fechado”, com carácter corporativista, como atestam os discursos destas mães:

“(...)os professores continuam a ser um grupo corporativista que não querem que os pais intervenham... muitos menos que venham tecer considerações sobre o que se passa dentro das salas de aula. A prova disso foi aquela história da gravação de uma aula por parte de uma aluna para provar que a senhora só dizia obscenidades e depois a professora a querer processar porque isso era... ilegal... gravar aulas, ilegal? (...)” Antiga dirigente APRS.

“(...)há um conflito de poderes, não é, em que a escola, para ela, é imperativa, e os pais, por sua vez, acabam por agir mais agressivamente porque sentem isto. (...) mas o que é facto é que muitas vezes tanto os pais como os adolescentes sentem-se um bocado inibidos e impotentes perante a força que os professores têm em relação a tudo dentro da escola, não é...” dirigente da APRS

Não obstante, e dado que é assumida a real importância do envolvimento dos pais no processo educativo, em consonância com o trabalho desenvolvido pelos professores, os entrevistados esperam que estes distanciamentos se transformem progressivamente em proximidade. Afinal, trabalham em função de um bem-comum: o filho/aluno.

É, no entanto, interessante verificar que os pais não integrados na Associação reforçam o bom relacionamento mantido com os professores, atestando a boa capacidade receptiva da escola. Da mesma forma, professores que apresentam experiência ao nível de direcção de turma, mencionam a proximidade com os pais e o bom relacionamento estabelecido. Neste seguimento, verificando-se que são os pais mais interventivos, participativos, e, seguindo a lógica dos docentes, mais esclarecidos, a denotarem e a experienciarem maior distanciamento, podemos questionar se a escola ainda se mantém como elo dominante na relação família-escola, procedendo a um método de aculturação dos pais, de forma a mantê-los sob uma posição estrategicamente dominada. Não são reunidas evidências suficientes para objectivar uma resposta, muito pela inexistência de discursos de pais provenientes de outros estratos sociais, sendo contudo mais do que suficientes para potenciar o questionamento.

## 5. “Uma escola para todos.” (?) Percepções sobre a participação

Para o grupo docente e para o Presidente do Conselho Executivo, a Escola Reynaldo dos Santos beneficia de uma boa cultura participativa, que integra os pais em vários níveis: nas reuniões de direcção de turma; nas festas finais de período e de ano; na existência de uma Associação de Pais em funcionamento; na representação parental nos órgãos escolares de gestão estratégica, como sejam o Conselho Pedagógico e o Conselho Geral. Não obstante, toda uma dimensão não participativa se encontra a descoberto, e é igualmente evidenciada pelos entrevistados. Os professores lamentam e reclamam que são sempre os mesmos pais a participar nas suas reuniões. A Associação de Pais lamenta a dificuldade de sustentação de um grupo de pais interessado, motivado e participativo.

Entre as razões que acreditam justificar a ausência parental, encontram-se: a “tradicional” visão do pai “desinteressado”; a indisponibilidade, resultante dos pesados horários de trabalho que impedem uma participação e envolvimento mais evidente; questões económicas, que, ao debilitarem as famílias, as demovem do processo participativo escolar; a própria cultura participativa em Portugal, que não valoriza o contexto associativo ou a importância do processo interventivo na sociedade civil; a demissão e desresponsabilização dos pais face à educação e, desta maneira, a utilização da escola como “depósito de crianças”; e os diversos desentendimentos e distanciamentos emergentes na relação família-escola, como já houve oportunidade de se verificar.

Regra geral, os entrevistados apresentam diferentes linhas de análise respeitante a esta temática e, deste modo, sobre o fraco nível participativo parental registado quer no estabelecimento escolar, quer na APRS.

Os pais, em particular os que integram a Associação, expõem um conjunto de razões de natureza conjuntural que afectam igualmente outras esferas da realidade social e a própria organização escolar face à participação parental; os professores, por seu turno, ainda que reconheçam muitas das limitações da escola, evidenciam uma posição que responsabiliza directamente o pai, que, ao não participar, o faz de forma propositada.

“Acho que isso se deve a uma coisa que eles [os pais] costumam dizer e que me choca muito já não consigo fazer nada dele...os pais desistem... (...)” Presidente do Conselho Executivo

Eu acho que tem mesmo a ver com isso, que o pai não tem interesse... não julgo que seja vergonha “O meu filho porta-se mal, se acham que ele se porta mal, o que é que eu lá vou fazer? Vão dizer que a culpa é minha, e eu não quero assumir essa culpa!” (...) a maioria é mesmo “Tenho mais que fazer!”  
Professor



## No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais

Eu acho que há muitas escolas que dificultam o acesso dos pais. Os horários das reuniões por exemplo... depois vêm dizer que os pais é que não se interessam e não vão à escola quando marcam horários impossíveis de assistir. (...) muito passa pelo pai que deve reivindicar o seu lugar dentro da escola. Dirigente da APRS

(..)não acho que a classe possa explicar a motivação para o Associativismo, mas considero que existem muitos pais, neste caso de classes mais baixas, que não têm disponibilidade para participar dadas as dificuldades da própria vida e assim nem sequer têm condições para perceber se têm sequer motivação ou não para participar. As pessoas de classes melhores de facto lêem jornais, vêm o telejornal, são mais instruídas, e têm mais tempo e disponibilidade para essas coisas. Dirigente da APRS

Licínio Lima (1999) é um dos autores para quem a dimensão não participativa deve ser alvo de cuidadosa consideração. No fundo, trata-se de equacionar um cenário que fundamente a não participação como sendo um processo participativo em si. Não estão reunidas informações suficientes para exploração desta hipótese, mas possibilitado um cenário que integra a não participação parental num movimento maior de não participação generalizado na sociedade portuguesa. As dificuldades e obstáculos devem, no entanto, reconsiderar algumas das evidências encontradas na literatura produzida sobre a relação família-escola, nomeadamente na sustentação de uma escola que exclui todos quanto se afastam do seu contexto cultural. Mais uma vez, não havendo informação suficiente para aprofundamento deste tema, com as percepções e visões avançadas por muitos dos entrevistados é possível concluir que a escola nem sempre facilita o processo interventivo parental. De resto, este facto encontra-se corroborado pela existência de uma relação entre pais e professores fragilizada.

## **Bloco II - APRS, 23 anos procurando um lugar para participar.**

### **1. Traço Biográfico.**

A Associação de Pais da Escola Reynaldo dos Santos debate-se com um problema de institucionalização<sup>15</sup> dentro do contexto escolar onde se encontra inserida. Nos últimos 23 anos, a Associação tem vindo a perder capacidade interventiva e vitalidade associativa. Na verdade, seria expectável que, dado o considerável tempo de actividade, detivesse uma posição mais forte e uma visibilidade social mais evidente.

A maioria dos problemas e dificuldades que a afectam nos dias de hoje são encontrados igualmente em outros períodos de actividade. Não obstante, algumas diferenças parecem determinar o seu funcionamento, impelindo a níveis de maior ou menor actividade: a direcção da Associação; o tipo de acções e mobilizações; a produção legislativa em consonância com o período de actividade; a direcção da escola, imagem de marca da escola e, no fundo, os próprios indivíduos que integram o organismo e as dinâmicas e laços interactivos estabelecidos entre uns e outros, entre Associação e Direcção escolar e entre Associação de Pais e comunidade educativa.

Por intermédio das actas e dos discursos recolhidos, foi possível a reconstrução da sua história.<sup>16</sup>

### **Período 1 - “Um arranque promissor”**

A Associação de Pais surgiu em 1987. O período inicial compreende os anos lectivos de 1987/1988 a 1991/1992, com o mesmo núcleo directivo encabeçado por uma mulher activa e “cheia de ideias”. O objectivo primordial passou pela assistência directa a uma escola que revelava problemas ao nível das infra-estruturas e instalações, e na capacidade de resposta às necessidades de uma população estudantil em progressivo crescimento. O trabalho desenvolvido repartiu-se entre a formalização institucional deste organismo e no desenvolvimento de actividades que se destinassem à comunidade educativa no geral. Na verdade, esta é a única a associação a apresentar um projecto educativo, destinado à ocupação dos tempos livres dos alunos, com carácter contínuo. Mantinha contacto quotidiano e próximo com os órgãos de direcção escolar, numa atitude muito colaborativa e cooperativa. A própria

---

<sup>15</sup> Institucionalização é aqui utilizada com o sentido que é proposto por Berger and Luckman (2004[1966])

<sup>16</sup> Consultar Anexo D, Grelha -Traço Biográfico da APRS, de forma a complementar a leitura.

## **No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais**

Direcção escolar incentivava este regime de proximidade, concertando esforços e acções com esta Associação, com vista a uma prossecução do melhoramento das condições físicas e pedagógicas da escola. Esta primeira formação destaca-se ainda pelo envolvimento directo no contexto escolar, revelando proximidade e bom relacionamento com o corpo docente e com a Associação de Estudantes.

Entre as principais dificuldades e obstáculos, contam-se alguns de natureza interna à Associação de Pais: fraca capacidade de mobilização de pais, corroborada por poucas medidas de incentivo à sua participação e envolvimento; falta de autonomia na condução das suas acções, por demasiado envolvimento e dependência da Direcção escolar; representatividade incipiente, atestada na fraca adesão dos pais às Assembleias Gerais para efeitos de eleição. Outros objectivam limitações independentes da própria acção e vontade da Associação, sendo no entanto determinantes para uma certa invisibilidade e falta de reconhecimento do seu papel, como sejam: o pesado processo burocrático para formalização da Associação, e lacunas registadas no âmbito de algumas das convocatórias realizadas para as reuniões nos órgãos escolares, onde detinham representação (Conselhos de Turma, Conselho Pedagógico).

### **Período 2 - “A aprendizagem reivindicativa”**

Após um curto período de interregno, por impossibilidade de constituição da Associação para o ano lectivo de 92/93, o Conselho Directivo e alguns docentes fomentam a formalização de uma segunda Associação de Pais. Inicia-se assim um novo período marcado por uma Direcção que se mantém no activo entre os anos lectivos de 93/ 94 a 95/96. Esta fase é ainda demarcada pela actualização da legislação das Associações de Pais (despacho 239/ME/93), e pela introdução das provas globais no sistema de ensino. Desta forma, questões como a segurança escolar, instalações escolares, preocupações pedagógicas, ou ainda temas como a toxicodependência e a sexualidade, compõe o leque de interesses e temas mobilizadores. Ainda que subsista uma fraca capacidade para mobilização de pais, são registados alguns momentos que envolveram um maior número de elementos: desenvolvimento de acções reivindicativas em função da necessidade de material escolar; impedimento do encerramento da cantina escolar; debates e acções de formação providenciados por entidades e associações locais. Por intermédio da entrevista realizada à Presidente da Direcção desta Associação, fica ainda subentendido que existiam maiores desentendimentos com o Conselho Directivo e com o grupo docente da escola. Nesta conformidade, ao conservar maior autonomização no seu funcionamento, a Associação de Pais procurava manter-se na qualidade de parceiro e não

## **No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais**

apenas enquanto instrumento cooperativo ou colaborativo das diversas actividades escolares. Não obstante, algumas dificuldades persistem, sendo ainda agravadas pelo progressivo distanciamento face ao órgão de Direcção escolar: poucas actividades destinadas aos pais e alunos da escola; Assembleias Gerais organizadas com poucos elementos; problemas interpessoais detectados entre a presidente da Associação de Pais, a presidente do Conselho Directivo e com alguns docentes do Conselho Pedagógico.

### **Período 3 - “Escola nova, velhas alianças. Uma Associação por encomenda.”**

O ano lectivo de 97/98 é iniciado com sérios problemas de degradação do parque escolar e, desta maneira, com a eminência do encerramento do estabelecimento de ensino. A então Presidente do Conselho Directivo toma a iniciativa de convocar uma Assembleia de Pais, de onde resultaria uma nova comissão instaladora para a Associação de Pais. Este processo de “encomenda” tinha como objectivo principal a participação parental organizada na reunião que então se iria realizar com os órgãos superiores do Ministério da Educação. Por esta ordem de ideias, existe declaradamente a utilização dos pais para efeitos de pressão e de reivindicação. Este período é marcado pela nova experiência de autonomia na gestão do ensino, com o Decreto-Lei 115-A/98, e consequentemente, pelo maior incentivo ao envolvimento e participação dos pais nos contextos escolares.

A afluência significativa de pais verificada na Assembleia convocada pela Direcção escolar esbate-se com a subsequente actividade da Associação de Pais. Subsiste um problema de mobilização de pais e, neste decorrer, uma representatividade reservada. Motivada, talvez, pelo novo ambiente participativo, a Associação inicia uma clara tentativa de demarcação no terreno escolar, revelando maior autonomização quando solicita directamente ao Conselho Directivo condições materiais e apoio para o desenvolvimento da sua actividade. Contudo, atravessando dificuldades internas impeditivas do seu funcionamento, como sejam o abandono de cargos de órgãos sociais e a inexistência de uma agenda de actividades concisa e objectiva, a Associação é novamente destituída, iniciando-se um longo período de interregno.

### **Período 4- “O recomeço tutelado. Uma Associação a solo”**

Passados 7 anos desde a última tentativa para formalização da Associação de Pais na Escola Reynaldo dos Santos, duas professoras estagiárias decidem constituir uma Associação de Pais como projecto final de estágio. Uma nova comissão instaladora é estabelecida e uma

## **No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais**

nova Associação de Pais é integrada no contexto escolar. Este período, correspondente ao actual, é marcado pela aprovação do sistema de autonomia e gestão das escolas, que reserva para a Associação de Pais o importante papel de designar os elementos com representação nos seus órgãos de decisão estratégica, particularmente no Conselho Geral, entidade responsável pela aprovação do projecto educativo e pela escolha do Director do Agrupamento.

Os temas mobilizadores ou as áreas de acção mantêm-se os mesmos, sendo de destacar que, dado o seu enquadramento actual, é sustentada uma maior ligação institucional com os órgãos de gestão escolar e, mas também um maior distanciamento face ao grupo de docentes e dos pais que tenta forçosamente representar. As Assembleias Gerais de Pais mantêm um número diminuto de presenças, levando a que a Associação ultrapasse muitos dos preceitos previstos nos estatutos para o momento da eleição, com o objectivo de preservar o organismo no contexto escolar. Ainda para efeitos de preservação, e para garantir o seu funcionamento, a actual Associação desistiu da bolsa de sócios, tendo igualmente modificado os estatutos de modo a facilitar o processo de constituição dos órgãos sociais. Do exposto, conclui-se que as acções que permitem a sua sobrevivência são também aquelas que à partida condenam a sua actividade e visibilidade. Nesta ordem de ideias, a Associação prefere agir sobre o seu próprio funcionamento, ao invés de concertar actividades e acções destinadas à mobilização de pais. Este processo mantém este organismo representativo num locus fechado, onde o único contacto quotidiano e institucionalmente mantido é com o Conselho Executivo da escola.

Entre os obstáculos e as dificuldades vigentes, encontram-se: a ausência de um canal de divulgação que demonstre resultados; ausência de uma agenda de actividades passível de concretização; fraca capacidade para concertação de esforços, com vista a uma maior adesão parental.

De modo mais aprofundado, existe uma afectação interna consubstanciada na própria desmotivação dos activistas e ainda toda uma conjuntura externa que impede que a Associação conquiste um espaço cada vez mais activo. Parte dessa afectação externa estará relacionada com as próprias dificuldades e obstáculos vigentes na relação família-escola.

(...) a questão aqui particular é que nesta associação as pessoas estão completamente desmotivadas... há vários factores: há a falta de tempo, há a desmotivação, portanto ou não se interessam ou acham que não tem nada que ver com eles (...) Dirigente da APRS

O estado actual de “inércia” que os entrevistados associam à actividade e funcionamento da Associação de Pais tem conviência da própria Direcção escolar. Este facto leva-nos a questionar o tipo de relacionamento institucional mantido entre as duas entidades. A escola

## No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais

encontra um meio eficaz para assegurar a representação parental nos órgãos de gestão estratégica, continuando a Associação de Pais afectada por sérias dificuldades de mobilização de elementos ou de realização de actividades/acções que possam inclusivamente questionar as decisões do Conselho Executivo.

(...)Nós não reivindicamos por uma posição dentro da escola, eles também não se chateiam com isso, e pronto as coisas ficam assim... deixam-se andar. (...) eu não consigo perceber, mas normalmente o discurso que oiço é sempre: “ah! é a melhor não irmos por aí”, “ah! Se fizermos assim compramos uma guerra com o executivo (...) se nós continuarmos achar que não podemos fazer isto nem aquilo, não vamos a lado nenhum. E isso é meio caminho para a instrumentalização. Porque acabamos por não “chatear” tanto a escola e eles também agradecem por tal facto porque acabam por estar mais sossegados. Dirigente da APRS

Os próprios pais não integrados nesta Associação, ainda que refiram a sua importância, não lhe reconhecem utilidade e, conseqüentemente, justificação para a necessidade de representarem os seus interesses. Aliás, um dos aspectos que ressalta é justamente aquele que demonstra que estes pais preferem e optam claramente pela entidade escolar para o solucionamento dos seus problemas ou para obtenção de informações. São pais profundamente participativos no contexto escolar, mas demovidos de interesse para participar na Associação de Pais. A falta de interesse generalizado e a incompatibilidade de horários são designadas como as razões principais.

“É falta de tempo mesmo. **Não tem mesmo tempo?** É falta de tempo, até porque o meu filho sai da escola e tem uma série de actividades, e nós andamos de um lado para o outro a correr com ele para todo o lado, é mesmo falta de tempo. **Mas consegue ir à escola de 15 em 15 dias...** ah mas isso é diferente. A Escola não tem nada a ver com a Associação.” Excerto de entrevista, Mãe não pertencente à APRS

Desta maneira, averigua-se que escola é reconhecida enquanto esfera institucional educativa por excelência, havendo maior dificuldades na aceitação da Associação de Pais enquanto agente ou parceiro educativo. Aliás, a grande maioria dos entrevistados perspectiva a Associação de Pais como sendo um corpo organizativo dedicado à implementação de actividades lúdicas ou de apoio à escola. Existe alguma reticência em perspectivá-lo, ou em aceitá-lo, enquanto órgão representativo dos pais de uma escola, ou seja, dos seus interesses, dos seus direitos, dos seus deveres, das motivações, preocupações, responsabilidades, etc.

## No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais

Por certo, a informalidade que marca grande parte da sua estrutura e funcionamento, assim como a inexistência de uma clara organização hierárquica, contribuem para esta invisibilidade.

Da Associação de Pais são esperados mais esforços e um nível de actividade cada vez mais evidente, particularmente na realização de actividades que interessem realmente aos pais, não lhes ocupando “tempo útil” ou, como alguns professores referem, no desempenho de um papel que efective os laços família-escola, garantindo que o grupo dos pais se mantenha informado e conhecedor do processo educativo e da estrutura e trabalho escolares. Não obstante, enquanto os pais sentirem que este organismo não é suficiente para representar os seus interesses e os interesses dos seus filhos; enquanto for mantido um regime mínimo de actividades; enquanto não possuírem uma identidade que traduza o trabalho desenvolvido; e enquanto os próprios pais integrados nesta Associação se demitirem do potencial do seu processo interventivo - por certo as coisas não melhorarão, mantendo-se uma Associação de Pais que trabalha a *solo*, motivada pelos interesses particulares de 6 pais e mães no activo.

“ (...) aquela história do “não vai estar ninguém, não vai ninguém” se o pressuposto for sempre este, então nunca se vai fazer nada e nunca se chega a lado nenhum e as coisas não mudam sequer. Para mim o pressuposto é fazer e fazer sempre até ao dia em que apareçam mais pais.” Dirigente da APRS

### **Conclusão**

A presente investigação incidiu sobre o estudo de uma Associação de Pais, enquanto elemento de participação parental formal no contexto escolar, integrado no tema mais vasto da relação família-escola. Mais concretamente, foi realizada uma análise em dois níveis distintos, com objectivo último de levantamento das principais dificuldades e obstáculos determinantes para o funcionamento e actividade da Associação de Pais, que se encontra instituída na Escola Reynaldo dos Santos desde 1987.

Com o primeiro nível analítico, e neste seguimento, com a exploração de alguns aspectos relativos à relação família-escola, foi possível verificar que muitas das considerações incluídas no próprio quadro teórico encontram corroboração no presente estudo. Nomeadamente, na verificação de distanciamentos entre pais e professores e, assim sendo, na manutenção de distintas visões e percepções em torno de questões pedagógicas e escolares ou sobre os papéis educativos das duas entidades. Foi igualmente possível compreender que o tipo de relação família-escola, ou a visão que se detém sobre esta, é determinada pela própria experiência pessoal dos entrevistados, constatando-se, desta forma, que a escola/ professores responsabilizam directamente os pais pelas falhas formativas dos alunos ou pelas questões de indisciplina, e que pais, por seu turno, sentem que o corpo docente se move em atitude “corporativista”, afastando-os, e contribuindo assim para a demissão participativa.

No que se refere a percepções sobre a participação parental, fica subentendido que esta participação é distinguida em dois momentos: a participação em reuniões de direcção de turma e as recorrentes idas à escola, e o trabalho “penoso” desenvolvido pela Associação de Pais. As visões e percepções recolhidas sobre este organismo deixam a descoberto um conjunto de aspectos que marcam negativamente a sua imagem: uma Associação sem preocupação em realizar actividades do interesse dos pais e alunos; uma Associação que pode e deve esforçar-se para efectivar o seu processo interventivo; uma Associação directamente responsabilizada pelos seus fracassos. Neste seguimento, interessa ainda referir que subsiste uma visão “tradicional” sobre a não participação ou sobre os pais que não vão à escola, sendo estes, regra geral, vistos como pais desinteressados. Mantendo-se este nível de caracterização, tanto a escola como a Associação de Pais actuam e funcionam livres de responsabilidades no que concerne a esta demissão parental.

No segundo momento analítico, foi realizado um levantamento de dificuldades e obstáculos vigentes nos 23 anos de actividade da Associação de Pais. Neste plano, conclui-se que estas dificuldades/obstáculos se encontram distribuídos por dois grupos: -



## **No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais**

dificuldades/obstáculos de natureza interna à própria Associação de Pais, consubstanciados particularmente na verificação de que estes pais não procuram ou reivindicam o seu próprio espaço dentro da escola; dificuldades/obstáculos de natureza externa, ainda assim determinantes para muitas das fragilidades associadas funcionamento interno deste organismo, que influenciam e contribuem para a subsistência de uma determinada invisibilidade social.

Quando é argumentado que a presente Associação ainda procura um lugar para participar, esperando ainda por uma efectiva institucionalização, está-se a referir que todas estas dificuldades e obstáculos são absolutamente fracturantes para o seu funcionamento e para a criação de uma identidade ou imagem de marca.

Uma vez que é verificado que o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais é determinado pela sua Direcção e sustentado pelas próprias relações interpessoais, cada período de Associação de Pais evidenciado demarca quase um acto isolado de actividade. Agravado pelos diversos períodos de interregno, pela inexistência de um projecto de natureza contínua, pela subsistência de poucos elementos no activo, pelo abandono de pequenas “conquistas”, como sejam a manutenção de uma bolsa de sócios, redes estabelecidas com entidades locais ou com outras Associações do Concelho, conclui-se que estas discontinuidades afectam o decurso do projecto de construção e institucionalização da Associação de Pais na Escola Reynaldo dos Santos. Acresce ainda que, à excepção da primeira Associação de Pais, dirigida por uma mulher absolutamente activa, a génese de todas as outras formações foi tutelada por uma escola com necessidade de concertar acções ou actividades com pais devidamente organizados.

Posto isto, e em face de todo o trabalho apresentado, urge questionar: estarão pais e escola preparados para responder ao novo ambiente de organização escolar, que prevê uma efectiva parceria entre pais e professores, Associações de Pais e Conselhos Executivos, e uma participação parental cada vez mais evidente e real?

## **Fontes**

### Legislação

Lei nº 7/77, de 1 de Fevereiro.

Lei nº 46/86, de 14 de Outubro.

Despacho nº 8/SERE/89, de 8 de Janeiro.

Decreto-Lei nº 372/90, de 27 de Novembro.

Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de Maio.

Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio.

Decreto-Lei nº 80/99, de 16 de Março.

Lei nº 24/99, de 22 de Abril.

Lei nº 29/2006, de 4 de Julho.

Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril.

### Outros documentos:

Relatório de Avaliação Externa ao Agrupamento, disponível em <http://www.ige.min-edu.pt>

Projecto Educativo do Agrupamento, disponível em <http://www.reynaldo.edu.pt/>

Documentos legais da APRS

### Lista de Sites

<http://www.reynaldo.edu.pt/>

<http://www.confap.pt/>

<http://www.ige.min-edu.pt>

## **Bibliografia**

- Almeida, A.N. (2005), “O que a escola faz às famílias... pistas para um debate, *Análise Social*, XL (176), pp.579-583.
- Bardin, (1979), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Bastiani, John (1993), “Parents as Partners. Genuine Progress or empty rhetoric”, em P. Munn (org) *Parents and Schools- Customers, Manager or Partners?*, London, Routledge
- Berger, Peter L. e Thomas Luckman (2004 [1966]), “A sociedade como realidade objectiva” e “A sociedade como realidade subjectiva”, em *A Construção Social da Realidade*, Lisboa, Dinalivro, pp.59-188.
- Bourdieu, P. e J.C. Passeron (1970), *A reprodução - elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Vega.
- Brown, P. (1990), “The Third Wave: Education and the ideology of Parentocracy”, *British Journal of Sociology of Education*, 11 (1), pp. 65-85.
- Cabral, M.V (2006) “Efeito de Classe e Efeitos Societais”, em Jorge Vala e Anália Torres (orgs), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.
- Chavkin, Nancy F. (1993) (org.), *Families and schools in a pluralistic Society*, New York, State University of New York Press.
- Clark, R. M (1993) “Homework-Focused Parenting Practices That positively affect student achievement”, em Nancy F. Chavkin (org.), *Families and schools in a pluralistic Society*, New York, State University of New York Press.
- Cortesão, L. e Stoer, S. (orgs) (1998), “Diálogos sobre o vivido: Comunicação Escola-Família: Qual o papel da oralidade e da escrita? *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 8, pp. 121-134.
- Dauber, Susan L, Joyce Epstein (1993) “Parents Attitudes and Practices of Involvement in Inner-City Elementary and Middle Schools”, em Nancy F. Chavkin (org.), *Families and schools in a pluralistic Society*, New York, State University of New York Press.
- Davies et al (1989), *As escolas e as Famílias em Portugal – Realidade e Perspectivas*, Lisboa, Livros Horizontes.
- Davies, Don (2005), “ A necessidade de activismo cívico independente para promover a reforma da escola urbana nos Estados Unidos da América”, em Stephen Stoer, Pedro Silva (orgs), *Escola e Família, uma Relação em Processo de Reconfiguração*, Porto, Porto Editora.
- Delicado, Ana (2003), “A Solidariedade como Valor Social no Portugal Contemporâneo”, em Jorge Vala et al (orgs), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.
- Diogo, A. M. (1998), *Famílias e Escolaridade – Representações Parentais da Escolarização, Classe Social e Dinâmica Familiar*, Lisboa, Colibri.
- Diogo, A.M (2008), *Escola, Dinâmicas Familiares e Contexto Escolar Local*, Oeiras, Celta Editor.
- Diogo, A.M. (2007), “Dinâmicas familiares e investimento na escola à saída do ensino obrigatório”, em P. Silva (Org.), *Escolas, Famílias e Lares - Um Caleidoscópio de Olhares*, Porto, Profedições
- Faria, J.M. (2007) “A vez e a voz dos pais – O associativismo parental em tempos de governança”, *Sísifo – Revista de Ciências de Educação* (online), 4.
- Fernandes, José (2003), *O Associativismo de Pais - No limiar da virtualidade?*, Lisboa, Ministério da Educação.

## No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais

- Ferreira, Pedro M. (2008), “Associação e Democracia. Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?”, *Problemas e Práticas*, 57, pp.109-130.
- Halman, Loek (2003), “Capital Social na Europa Contemporânea”, em Jorge Vala et al (orgs), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.
- Hoover-Dempsey et al (2002), “Teacher Involving Parents (TIP). Results of on in-service teacher education program for enhancing Parental Involvement”, *Teaching and Teacher Education*, 18, pp 843-867.
- Jonathan, R (1993), “Parent rights in schooling”, em P. Munn (org), *Parents and Shools- Customers, Manager or Partners?*, London, Routledge
- Lareau, A (1987), “Social Class and Family-School Relationships: The Importance of Cultural Capital”, *Sociology of Education*, 56, pp. 73-85.
- Lareau, A. (1989), *Home Advantage – Social Class and Parental Intervention in Elementary Education*, New York, The Falmer Press.
- Lima, L. (1998), *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*, Braga, Universidade do Minho.
- Martins, Maria F. (2003), *Associação de Pais e Encarregados de Educação na Escola Pública – Contributos para uma análise sociológica-organizacional*, Lisboa, Departamento de Educação Básica.
- Mendel, M. (2007), “Lugares para os pais na escola – Local de desafios – Parceria consciente”, em P. Silva (Org.), *Escolas, Famílias e Lares, Um Caleidoscópio de Olhares*, Porto, Profedições.
- Montadon, C e P. Perrenoud (2001), *Entre Pais e Professores, Um diálogo Impossível?*, Oeiras, Celta Editora.
- Montando, C. (2001), “O desenvolvimento da Relação Família-Escola. Problemas e Perspectivas”, em C. Montadon e P. Perrenoud (2001) *Entre Pais e Professores, Um diálogo Impossível?*, Oeiras, Celta Editora.
- Montandon, C (2001a) “Algumas Tendências Actuais nas Relações Famílias-Escola”, em C. Montadon e P. Perrenoud (2001) *Entre Pais e Professores, Um diálogo Impossível?*, Oeiras, Celta
- Munn, P. (1993) (org), *Parents and Shools- Customers, Manager or Partners?*, London, Routledge
- Munn, P. (1993), “Introduction”, em P. Munn (org), *Parents and Shools- Customers, Manager or Partners?*, London, Routledge
- Nogueira, M. A. (2005), “A Relação Família-Escola na Contemporaneidade: Fenómeno Social/ Interrogações Sociológicas”, *Análise Social*, XL (176), pp. 563-578.
- Perrenoud, P. (2001) “O que a escola faz às famílias”, em C. Montadon e P. Perrenoud (2001) *Entre Pais e Professores, Um diálogo Impossível?*, Oeiras, Celta Editora.
- Putman, R. (2000) *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York, Simon & Schuster.
- Quivy, R., L.V. Campenhoudt (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rich, Dorothy (1993), Building the bridge to reach Minority Parents: Education Infrastructure supporting success for all children, em Nancy F. Chavkin (org.), *Families and schools in a pluralistic Society*, New York, State University of New York Press.
- Sá, Virgínio (2003), *A Participação Parental na Escola Pública Portuguesa – Uma análise sociológica e Organizacional*, Braga, CIED/Universidade do Minho.

## No Espaço Escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais

- Silva, P. (2003), *Escola-Família, uma Relação Armadilhada – Interculturalidade e Relações de Poder*, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, P., C. Rocha e R. Vieira (1996), “ Diálogos sobre o vivido: A Relação Escola-Família”, *Educação, Sociedade e Culturas*, 6, 141-198.
- Stanley, John, M. G. Wyness (2005), “Vivendo com a participação dos pais – Estudo de caso em duas ‘escolas abertas’”, em Stephen Stoer, Pedro Silva (orgs), *Escola e Família, uma Relação em Processo de Reconfiguração*, Porto, Porto Editora.
- Stanley, John, M. G. Wyness (2005a), “A reconstrução das relações escola-família – Concepções Inglesas de ‘pai responsável’”, em Stephen Stoer, Pedro Silva (orgs), *Escola e Família, uma Relação em Processo de Reconfiguração*, Porto, Porto Editora.
- Stoer, S, P. Silva (2005a), “Do pai colaborador ao pai parceiro - A reconfiguração de uma Relação”, em Stephen Stoer, Pedro Silva (orgs), *Escola e Família, uma Relação em Processo de Reconfiguração*, Porto, Porto Editora.
- Stoer, S., Luíza Cortezão (2005) “A reconstrução das relações escola-família – Concepções Portuguesas de ‘pai responsável’”, em Stephen Stoer, Pedro Silva (orgs), *Escola e Família, uma Relação em Processo de Reconfiguração*, Porto, Porto Editora.
- Stoer, S., P. Silva (2005) (orgs), *Escola e Família, uma Relação em Processo de Reconfiguração*, Porto, Porto Editora.
- Vala, Jorge et al (2003) (orgs), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.
- Vala, Jorge, Anália Torres (2006) (orgs), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.
- Viegas, José L. (2004), “Implicações Democráticas das Associações Voluntárias, O Caso Português numa perspectiva comparativa europeia”, *Sociologia-Problemas e Práticas* (online), 46, pp. 33-50.
- Vieira, Maria. M. (2007), “ Em torno da família e da escola: pertinência científica, invisibilidade social”, em P. Silva (Org.), *Escolas, Famílias e Lares, Um Caleidoscópio de Olhares*, Porto, Profedições.

## **Anexo B - Guiões das Entrevista**

### **1. Presidente do Conselho Executivo Escola Reynaldo dos Santos**

**Dados de Caracterização:** evolução; número de alunos/ docentes; oferta formativa; Composição Social.

#### **Relação escola – pais (família) – Papéis Educativos e Participação Parental**

1. O que passa exclusivamente pela responsabilidade dos pais e o que é somente da responsabilidade da escola/docentes, na educação dos alunos/filhos. Existe uma fronteira?
2. Descrição da relação estabelecida entre a escola e os pais. Quais as dificuldades e as potencialidades.
3. Qual o grau de envolvimento e nível de participação dos pais e encarregados de educação na escola.
4. Quando é que os pais procuram a escola, neste caso, o Conselho Executivo?
5. Factores explicativos perante a ausência de pais no contexto escolar.
6. Importância da relação família escola. Que relação?
7. Qual a influência dos pais nas decisões escolares.
8. Que actividades/estratégias são planeadas para “atrair” os pais?

#### **Percepções sobre a Associação de Pais – Relação e funcionamento.**

- 1- Descrição da relação estabelecida com a Associação de Pais da escola. Quando é que estes recorrem ao Conselho Executivo e vice-versa?
- 2- Perspectivas sobre o papel da Associação de Pais na tomada de decisões e nas práticas escolares.
- 3- Qual a relação estabelecida com o quadro docente?
- 4- Descrição e avaliação da Associação de Pais enquanto elemento que pode (ou não) potenciar a relação família escola.
- 5- Parceiros ou colaboradores?
- 6- Pais recorrem à Associação de Pais de modo a chegar ao Conselho Executivo?
- 7- Perspectiva sobre as dificuldades e obstáculos deste organismo.

### **2. Professores**

#### **Dados de Caracterização:**

- 1- Tempo de leccionação; tempo afecto à escola; área de leccionação.
- 2- Quais é que diria que foram as maiores transformações observadas aqui na escola?

#### **Relação escola (professores) – Família (pais) – Papéis Educativos e Participação Parental**

1. O que passa exclusivamente pela responsabilidade dos pais e o que é somente da responsabilidade da escola/docentes, na educação dos filhos/crianças. Existe uma fronteira?
2. Que ideia é que tem do grau de envolvimento e nível de participação dos pais e encarregados de educação aqui na escola?
3. Considera que os pais actualmente se encontram mais envolvidos?
4. Já teve experiência de direcção de turma? Descrição da relação mantida com os pais. Perspectivas sobre a sua participação.
5. Perspectiva sobre a ausência de muitos pais na escola. Quais os factores explicativos?
6. Estratégias de forma a atrair pais à escola.
7. Que influência é que os pais devem ter nas decisões escolares ou inclusivamente na “sala de aula”.
8. Dificuldades encontradas. Quais as mais preponderantes, do lado escolar ou do lado familiar?

### **Percepções sobre a Associação de Pais – Relação e funcionamento**

- 1- Conhece a Associação de Pais e o trabalho que a mesma tem desenvolvido?
- 2- Perspectivas sobre o papel da associação na tomada de decisões e nas práticas escolares.
- 3- O que é acha que acaba por correr mal numa Associação de pais?
- 4- Dificuldades e obstáculos associados a este organismo e ao trabalho desenvolvido.
- 5- Perspectiva sobre a representatividade deste órgão. Problematização.

### **3. Elementos da Associação de Pais e Antigas Dirigentes da Associação de Pais**

**Dados de caracterização:** Motivações; trabalho desenvolvido e Caracterização Sociográfica (idade, habilitações, profissão)

#### **Caracterização e Funcionamento da Associação de Pais**

- 1- Composição da Associação de pais (membros); número de sócios; órgãos sociais; Dados de Caracterização Sociográfica.
- 2- História e Evolução.
- 3- Actividades.
- 4- Documentação (estatutos, planos de actividades, relatórios de contas)
- 5- Ligação à CONFAP.
- 6- Parcerias existentes.

#### **Associação de Pais no espaço escola**

- 1- Caracterização da relação estabelecida com escola.
- 2- Quando é que a escola recorre à Associação de Pais e quando é que ocorre o inverso?
- 3- Principais dificuldades/ obstáculos associados a esta relação.
- 4- O que passa exclusivamente pela responsabilidade, por um lado, dos pais, e por outro, dos professores na educação dos filhos/alunos.

#### **Associação de Pais e Relação Família-Escola**

- 1- Percepção sobre a relação família escola: que relação?
- 2- Dificuldades e obstáculos vigentes.
- 3- Perspectiva sobre a participação e a não participação parental.
- 4- Poderá a Associação de Pais potenciar esta ligação?
- 5- Quando é os pais recorrem à Associação de Pais?
- 6- Perspectivas sobre a sua representatividade e visibilidade.
- 7- Descrição das actividades e meios utilizados para mobilização de pais.

### **4. Pais não integrados na Associação de Pais**

**Dados de Caracterização:** Sociográfica (idade, habilitações, profissão)

#### **Percepções Relação Família-Escola**

- 1- O que passa exclusivamente pela responsabilidade dos pais e o que é somente da responsabilidade da escola/docentes, na educação dos alunos/filhos. Existe uma fronteira?
- 2- Descrição da relação mantida com docentes e Conselho Executivo. Caracterização do nível de acesso e o tipo de procura. Que relação?
- 3- Dificuldades e obstáculos encontrados.
- 4- Visão sobre a participação parental e a não participação parental. Factores explicativos.

### **Percepções sobre o papel/funcionamento da Associação de Pais**

- 1- Conhecimento da Associação de Pais da escola. Já recebeu alguma informação/ convocatória?
- 2- Já participou de alguma acção?
- 3- Já recorreu à Associação de Pais?
- 4- Se tivesse algum problema recorreria ou trataria directamente com a escola?
- 5- Porque é que opta por não pertencer à Associação de Pais?
- 6- Visões percepções sobre a representatividade e o seu funcionamento.



**Anexo B**

Grelhas de Análise de Entrevistas

(Exemplos)

Grelha de Análise de Conteúdo Dirigente da Associação		
Dimensão	Componente Analítica	Resposta
Caracterização sociográfica	Idade; Profissão; Habilitações	43 anos, Professora de explicação; Bacharelato
	Motivações	As minhas motivações são muito simples... eu tenho 3 filhos e a partir do momento em que tenho 3 filhos já um agregado considerável... e atendendo também que muito tempo deles, mais de 50% do tempo deles, é passado na escola, considerei que era importante ter uma participação mais activa na vida deles e no fundo é uma forma de me manter mais informada sobre o que se passa na escola. Quando não se é de uma AP, e até ao momento em que eu entrei pela primeira vez numa AP, o contacto que eu tinha com escola era pouco. Era me apenas passado pelos meus filhos. (...) Esta passagem de informação não é assim muito linear... então quando se está na AP as coisas mudam um pouco... é mais fácil obter-se essa informação.
Escola e/ou Família. Que relação?	Escola vs Família – papéis educativos	Idealmente deveria ser um lugar educativo partilhado. Mas isto tudo depende das pessoas. E há relações que funcionam e outras não. (...) <b>acha que pais e escola formam uma entidade educativa?</b> Eu considero que sim definitivamente, os pais e a escola formam uma entidade educativa. Os filhos passam imenso tempo na escola... há responsabilidades partilhadas. (...) eu irrita-me um bocado aquela história dos pais são responsáveis, têm que ser responsáveis, então e os professores? Então e não são eles responsáveis dentro da sala de aula? Eles não sabem que mesmo os meninos bem comportados ao pé da mãe e que obedecem sempre aos pais, no contexto da sala de aula, acabam por ir atrás dos outros? E conversam e fazem barulho e etc... a mim nesse sentido a escola tem a sua responsabilidade de educar o meu filho dentro da escola... os professores, os auxiliares, toda a gente.
	Que relação?	(...) Bom não existe uma parceria declarada... mas somos colaboradores. Para haver parceria tínhamos que ser mais activos. (...) <b>Acha que a relação família escola, e associação de pais escola, se tornam num campo de forças?</b> É um bocadinho assim. Eu acho que é bom existir esse campo de forças, para já para delimitar os espaços, mas também não deve ser em demasia porque estamos todos a trabalhar para o mesmo, não é? Tem que ser assim uma relação saudável, próxima mas ao mesmo tempo distante ou que se distancia quando temos mesmo que bater o pé contra qualquer coisa que entendemos estar errada e que não obtemos resposta da escola...
	Dificuldades e Obstáculos	(...) não devem existir penalizações para os pais que querem estar presentes na vida escolar dos filhos. (...) os próprios horários que a escola marca, os directores de turma, nem sempre são os melhores. Há muitos pais que trabalham fora do sítio das escolas dos filhos, portanto para esses pais é impensável virem à escola à hora de almoço para reuniões. (...) Eu acho que há muitas escolas que dificultam o acesso dos pais. Os horários das reuniões por exemplo, não fazem ... depois vêem dizer que os pais é que não se interessam e não vão à escola quando marcam horários impossíveis de assistir. Neste tipo de coisas ainda há um longo caminho a percorrer e aí mais uma vez friso que muito passa pelo pai que deve reivindicar o seu lugar dentro da escola. (...) acho que sinceramente de há 20 anos atrás para agora, acho que a relação família escola está muito pior. Claro que há casos de sucesso, mas na generalidade está tudo pior. <b>Os obstáculos surgem dos dois lados?</b> Sim. Penso que sim. (...) eu acho que há pais que ficam de fora e pais que querem mesmo ficar do lado de fora, e pais que vão ficando percebendo... nenhum pai gosta de ir à escola para ouvir os professores a falarem mal dos filhos não é? À escola falta bom senso aos professores para falarem com certos pais. (...) as escolas deviam ter outro tipo de apoios e mecanismos de integração.

Participação Parental	AP	Funcionamento	<p>(...) inicialmente com os antigos estatutos desta Ap, previa-se que todos os pais que fossem sócios eram os membros da associação, só que o que aconteceu com esta associação, e com o pagamento das cotas, é que se calhar num universo de 1000 tinham 6 ou 10 que eram sócios! Era impossível. <b>então os estatutos modificaram</b>...claro, modificaram para se obter melhores resultados, os estatutos actuais prevêem que qualquer pai, ou encarregado de educação, cujo filho, ou por quem seja responsável, estude na escola torna-se automaticamente membro da Associação. E relativamente à composição da Ap... a anterior tinha 7 membros da direcção 5 efectivos e 2 vogais, 3 elementos do conselho fiscal e 3 elementos da assembleia geral. Neste momento, somos 5 elementos da direcção, se bem que isto ainda não foi aprovado ou publicado em diário da republica... os estatutos foram redigidos aprovados mas falta esta parte. (...)</p> <p>É preferível encurtar o número de pessoas e tentar à mesma manter uma Associação do que ela não existir sequer. É porque o que acontece é que às tantas arranjavam-se pessoas desmotivadas só porque tens que ter aquele número, é preferível que tenhas menos, mas motivadas e com vontade de participar. (...)</p> <p>Há associações que resolvem convocar apenas os membros da direcção... ora se este número é de 7 pessoas o que acontece é que muitas vezes acabar só por ter 2 ou 3 pessoas, claro que não é muito motivador andar a marcar reuniões e ninguém aparecer. Ou seja, rapidamente se torna muito fácil desistir de marcar reuniões, com a desculpa ou não... o que eu estou a tentar dizer é que andar a marcar reuniões e isso, dá muito trabalho! (...) depois todos os anos tens que apresentar relatórios de contas e plano de actividades para o ano seguinte e isto dá tudo muito trabalho... ou seja o que acontece é que as pessoas vão deixando de fazer, vão deixando de aparecer e de participar. Portanto de um ano para o outro acabámos por instituir a mesma associação, dizemos que fica a mesma que já vigorava e não fazemos eleições. (...) num instantinho a associação cai, é só o filho chegar ao 11º ou 12º e a pessoa vai embora. (...) não se encontram pessoas disponíveis para assumirem cargos! Esta é a realidade! <b>E relativamente a actividades que esta associação tenha desenvolvido, quais serão as que se destacam?</b> Em relação a isso não acho que esta Associação seja positiva. Tenta-se fazer coisas, avança-se com ideias mas não passam do papel. Não há capacidade de as concretizar. Eu por exemplo não consigo ter tempo para planear actividades existe boa vontade mas não há tempo para se fazer. Para já por parte da escola, às vezes avançam com ideias mas depois não dão a resposta a tempo. Por exemplo tínhamos falado de irmos fazer uns acampamentos com os miúdos, professores e pais, seria a associação a acarretar com os custos e como tal, tendo a escola o curso de auxiliar de educação tinha-se falado com o Conselho Executivo sobre possibilidade de serem essas miúdas e as professoras a virem nestes acampamentos, uma vez que já não haveria dinheiro para se pagar a monitores... e pronto a resposta da escola ainda não veio.</p>
		Caracterização	<p>(...) Sim, sim são pessoas mais de classe média normalmente com formação. Neste caso, a formação aqui não é determinante, nem todos têm licenciaturas e coisas dessas, mas percebe-se que são pessoas com habilitações mais elevadas que a maioria, isso sim. E acontece aqui também. (...) eu sou professora, há trabalhadores da câmara, a presidente é delegada de propaganda médica, temos um advogado, é mais por aí e penso que é geral</p> <p>(...) <b>esta associação existe há quanto tempo?</b> Já existe há uns anos, mas com esta configuração desde 2008, foi eleita em 2008. (...) o que aconteceu é que quando nós aparecemos não havia associação de pais, houve um interregno grande, e umas professoras que se encontravam a estagiar na Reynaldo incentivaram á reactivação desta associação e convocaram uma reunião. Então aí constituiu-se uma comissão instaladora, isto foi em 2005. E depois constituiu-se uma Associação de Pais, com constituição ainda anterior a esta, da qual eu fiz parte. Portanto eu tenho estado cá sempre desde que esta associação voltou arrancar, digamos assim. (...)</p>

Participação Parental	AP	Rela. Escola	<p>Regra geral a escola recorre à associação ou quando tem problemas com obras, ou de funcionamento, ou de qualquer coisa que precisem de realizar... e que, para tal precisem de mostrar a bandeira dos pais para assustar uma entidade! Portanto sempre que é preciso assustar uma entidade e dizer “atenção os pais vão fazer barulho!” nós somos chamados a intervir... normalmente conseguem-se sempre bons resultados. Quando é que nós recorremos, quando queremos levar a cabo as nossas actividades. Apresentamos o queremos realizar e tentamos perceber a disponibilidade da escola para nos ajudar. Embora eu ache que esse trabalho em conjunto falha um pouco... (...)</p> <p>(...) depois algumas vezes levamos coisas ao executivo que não concordamos... ou que achamos que estão mal. Se bem que neste ponto considero que os pais, mesmo quando têm consciência que há coisas erradas, e não falo só desta associação mas de outras por onde já passei, parece que têm um certo receio em mostrar uma posição mais determinada dentro da escola. <b>Será talvez pelo estatuto que a escola tem? Será que intimida?</b> Pois não sei talvez. Há qualquer coisa que impede os pais de às vezes dizerem mesmo o que pensam e o que tencionam fazer. (...) <b>mas considera que existe dificuldade na relação dos pais com a escola?</b> Sim, considero que sim que há uma barreira e toda uma atmosfera que ainda põe a escola num estatuto muito elevado.</p> <p>Normalmente eles compreendem e recebem-nos. Mas os conselhos executivos são formados por pessoas... conforme a pessoa que tu fales no conselho executivo tens a reacção a b ou c, percebes? Ou seja eu posso exemplificar. Estamos a ter uma reunião com duas pessoas do conselho executivo, por causa da questão da educação física... uma pareceu-me notoriamente preocupada com a situação e a querer alterar e a outra estava era preocupada com o problema que isso ia criar com o grupo docente de educação física. Duas reacções distintas. <b>E o que é acabou por ser feito?</b> Até este momento rigorosamente nada. E aí é que eu digo, não é só culpa do executivo nós próprios como associação também falhámos. Porque nesta altura já deveríamos ter telefonado para lá para saber se isso tinha sido falado no pedagógico, quais eram as soluções e etc... e não fizemos nada. (...)</p> <p>(...) <b>Acha que é justo dizer-se que Associação atende aos pedidos da escola e quando é o contrário isso não acontece?</b> Eu sinto isso. Eu pessoalmente sinto isso mesmo. O contrário não é assim tão linear somos ouvidos mas nem sempre somos tidos em conta. (...)</p>
		Rela. Pais	<p>(...) <b>e acontece casos de pais que recorrem à vossa associação para fazer chegar algo ao conselho executivo?</b> Em 4 ou 5 anos de associação nunca me aconteceu... mentira aconteceu uma vez mais foi noutra associação, mas nesta não. (...) desde que lá estou nunca recorreram a esta associação.</p> <p>Já aconteceu o contrário, o ano passado uma mãe da associação pediu a dois outros pais que pressionassem o conselho executivo com cartas por causa de uma questão com a ginástica para 5º anos... isso aconteceu, mas foi de dentro para fora. (...)</p>
		Dificuldades/Obstáculos internos	<p>(...) a questão aqui particular é que nesta associação as pessoas tão completamente desmotivadas... há vários factores: há a falta de tempo, há a desmotivação, portanto ou não se interessam ou acham que não tem nada que ver com eles (...)</p> <p>(...)eu sei que os pais não têm tempo, não aderem etc, mas ok vão lá estar 10... pronto faz-se à mesma! E há pessoas que não pensam assim... se calhar as coisas depois também não se fazem porque se pensa logo de início que não vai ninguém. Deparo-me com uma certa oposição dentro da associação, as pessoas dizem “se só vão lá estar 10 para é que se vai fazer!” eu pessoalmente em relação aos pais, acho que a associação deveria ser muito virada para os pais, mas muito mesmo. Eu estou farta de dizer que acho que os pais adorariam terem algumas sessões de esclarecimento com psicólogos, pessoas especializadas na questão das drogas, sexualidade etc... (...). <b>Mas o tipo de actividades...</b> acabam</p>

		<p>por não serem nenhuma, falam-se de várias iniciativas e depois não se realizam. (...)</p> <p>(...)Nós não reivindicamos por uma posição dentro da escola, eles também não se chateiam com isso, e pronto as coisas ficam assim... deixam-se andar. (...) eu não consigo perceber, mas normalmente o discurso que oiço é sempre: “ah! é a melhor não irmos por aí”, “ah! Se fizermos assim compramos uma guerra com o executivo...” <b>exacto como foi agora com a questão da educação física debatida na última reunião...</b> pois exactamente é que eu pessoalmente não tenho qualquer problema em comprar guerras com as pessoas se acho que tenho razões para isso. Há questões dentro da escola em que os pais têm que ser mais firmes. (...) Quando eu digo vamos comprar uma guerra, ora bem não é hostilizar a escola... mas nós como pais temos que marcar posição perante o que não está certo e a escola tem que ouvir! Se às vezes é notório que a escola não quer ouvir então aí teremos que tomar posições mais firmes e reivindicativas e aí convocar assembleias gerais de pais, elaborar petições e chegarmos ao conselho executivo com coisas mais elaboradas para que eles percebam que há mais gente preocupada não é só a Associação de Pais. (...)</p> <p>(...) somos autónomos nas decisões de facto, mas neste momento cada vez acho mais, que a escola nos instrumentaliza e nos usa para determinados fins. Ainda que nem sempre a gente dê conta disso ou que eles próprios, conselho executivo, também notem isso. Aí é como te disse antes, só não fazemos mais porque não queremos... ou porque há pessoas aqui na associação que não querem ter aquele papel mais activo. <b>E o que se poderá fazer em relação a isso?</b> Tem mesmo que partir de nós... se nós continuarmos achar que não podemos fazer isto nem aquilo, não vamos a lado nenhum. E isso é meio caminho para a instrumentalização. Porque acabamos por não “chatear” tanto a escola e eles também agradecem por tal facto porque acabam por estar mais sossegados.</p> <p><b>Quando estão em reunião e debatem os assuntos como é que salvaguardam os interesses comuns? Como é que fazem o levantamento dos interesses dos pais?</b> Não fazemos, por isso é que digo que não somos representativos.</p> <p><b>(...) acha que muitas das decisões tomadas e assuntos debatidos acabam por serem feito a título individual, ou seja, de acordo com a experiência que têm com os vossos próprios filhos?</b> Sim acho que é isso que acontece. Eu como tenho contacto com outros pais acabo por trazer mais visões mas regra geral é o que acontece.</p> <p>A representatividade falha imenso, devia ser muito combatida... e para mim passa muito por não desistir por mostrar trabalho. (...) as únicas assembleias gerais marcadas foram somente as que por lei são obrigadas de serem marcadas... para eleições e para prestação de contas do ano anterior.</p>
	Dificuldades/obstáculos externos	<p>(...) não acho que no nosso país essa história da responsabilidade cívica funcione como arranque das coisas... ou que seja preponderante portanto. (...) ok claro que é da responsabilidade de todos os encarregados de educação participarem e etc... a gente sabe todos disso, a questão é que não é assim! (...) Eu só consegui entrar numa AP quando mudei de emprego. Não tinha qualquer tipo de possibilidade de pertencer a nada ou de participar em alguma coisa, portanto de que me servia o sentimento de responsabilidade cívica? (...)as coisas em Portugal não estão sequer estruturadas de modo a que se leve a cabo essa participação, não há espaço para essas coisas.</p> <p>(...) quando normalmente se vai fazer a Assembleia-geral para eleger as pessoas normalmente o que surge é que temos uma plateia de 15 ou 20 pessoas e precisamos quase desse número total para levar cabo a associação; e o que acontece é que esse grupo, que é quase escolhido à força como costume dizer, é mesmo peditório por favor inscreva-se na associação, na realidade parte dessas pessoas dão só mesmo o nome! Depois não querem ter mais nada a ver com a associação. Não querem encargos, não têm tempo. (...)</p> <p>As pessoas não têm tempo, há a casa, há o trabalho, pronto um conjunto de factores que impedem as pessoas sequer de terem paciência para pertencerem a associações... não se ganha nada com isto é mesmo por amor à camisola, tem-se</p>

Participação Parental	AP		imenso trabalho, as pessoas não vão estar a pensar nessa coisa da cidadania... dar o nome toda a gente dá andar cá é que não (...)
		Potencialidades	<p>Passa tudo por uma questão de legislação. Os pais todos na generalidade deviam ter uma tarde ou uma manhã com justificação da escola, para virem a escola e serem devidamente informados do que se passa. Se existisse este espaço se calhar as associações ganhariam outra força... porque aí havia tempo previsto por lei para se fazerem as coisas. Pelo menos toda aquela facha de pessoas interessadas e sem tempo ou disponibilidade estariam salvaguardas, porque aqueles que não se interessam mesmo não há muito a fazer, com lei ou sem lei serão sempre pessoas que não se interessam. (...)</p> <p>as pessoas das associações de pais deveriam ter um ou dois dias por mês, com comprovativos legais, para se dedicarem a este trabalho e aí sim considero que as coisas se desenrolassem de outra forma.</p> <p>Por exemplo deviam existir psicólogos para ajudar, não as crianças, mas os próprios pais... se associação de pais funcionasse como deve de ser, provia esse tipo de serviços para os pais. Se tivéssemos dinheiro e etc devíamos promover acções com os pais... para os informar da legislação, dos problemas da escola, dos problemas mais gerais. Também podíamos educar os pais, prepará-los para estarem na escola com consciência activa. Ainda há pouco tempo, agora com a história da mudança do estatuto do aluno e da lei das faltas, eu quis convocar uma assembleia geral porque achei que os pais deviam ser avisados sobre isso... Devia ser uma coisa debatida por todos. Mas isso não foi aceite em reunião da associação. Se a escola não fornece estas informações, devíamos ser nós a fornecê-las, mas não somos... Então fica maioria sem saber. (...)</p>

Grelha de Análise de Conteúdo de um Professor			
Dimensão e tópicos de análise		Componente Analítica	Resposta
Dados de Caracterização	Sociográfica	Idade; Profissão; Habilitações	55, professora, Licenciatura
	Ensino	Nº de anos a leccionar	25
		Área de Leccionação	Português-Francês
		Nº anos afecto à Escola	25
Escola e/ou Família. Que relação?	Que Relação?	Caracterização	<p>“Acho que é importante que nós enquanto professores e mães e pais vermos os dois lados... e enquanto pais vermos o queremos que escola dê aos nossos filhos e enquanto professores o que podemos dar.</p> <p>A maioria dos pais não entende os professores e a maioria dos professores não entende os pais de um modo geral.”</p>
		Escola vs Família Papéis Educativos	<p>Não acho que haja uma fronteira rígida, o que acontece é que agora os pais desresponsabilizam-se e esperam que a escola eduque os filhos. Não acho que isto seja positivo, quem tem que os educar são os pais, nós temos que ensiná-los... ajudá-los a aprender coisas, a atingir maturidade intelectual, a saberem pesquisar e essas coisas todas assim mais académicas.</p> <p>(...) existem papéis diferentes. Nós podemos ajudar, mas o nosso papel de educador vai no sentido dos ensinamentos mais académicos, tudo o que seja mais essencial e respeitante a questões de valores, moral, atitudes, comportamento... isso vem de casa. Nós podemos ajudar, mas a consolidação tem de ser pelos pais, os pais devem instituir isto na cabeça dos miúdos.</p> <p>de facto o que se observa é que os pais, mesmo com todas as queixas que às vezes têm, querem que os filhos fiquem o máximo de tempo na escola. E isso também não compreendo...por exemplo agora com as AEC, não percebo como é que os pais aceitam com tanta facilidade que os miúdos tão pequenos estejam aquelas horas todas na escola. (...)</p> <p>“Nunca gostei de ir às reuniões da minha filha, raramente ia. Como eu conhecia os professores perguntava-lhes fora das reuniões, até porque nem sempre se fala do que é importante nas reuniões de pais. Chegam a ser “chatas” e sem interesse.</p> <p>[educação sexual] eu enquanto mãe não quero que um trapalhão de um professor eduque a minha filha nesse sentido, percebe? <b>Percebo, mas explique melhor...</b> Porque não confio nos meus colegas para o fazer, acho que há um enorme perigo de, até sem querer, meterem coisas nas cabeças dos miúdos. E eu quero que a minha filha tenha abertura suficiente relativamente ao assunto, portanto eu eduquei-a nesse sentido, eu enquanto mãe.</p>

Escolas e/ou Família. Que Relação?	Que Relação?	Dificuldades e Obstáculos	<p>Não se arranjam empregos... a escola é necessária com vista o arranjo de um emprego... um diploma que abre uma porta para o mercado de trabalho e isso não acontece, portanto, a escola não é vista como um meio que proporciona acesso ao conhecimento, um meio que autonomiza os alunos ensinando-os a andar pelas suas próprias pernas. Para mim o problema é este.</p> <p>“Relativamente aos pais que não aparecem na escola não é só por questões de cultura, vergonha ou retracção ou não quererem ouvir falar do filho negativamente...eu por exemplo considero que as reuniões de pais são muito chatas, e para qualquer pai e para os professores..., nem sempre os assuntos debatidos ou falados são realmente importantes, a não ser que haja problemas graves que aí sim as reuniões decorrem dentro do previsto... mas quer dizer, estas reuniões pecam por nem sempre fazerem sentido. <b>Mas acha que os pais percebem essa dimensão de que fala?</b> Eu penso que os pais têm consciência disso e por isso nem sempre aparecem. Pensam “o que vou lá fazer?” <b>Não serão então um bom método para chegar aos pais...</b> a verdade é eu também não há outro... é a única forma de um pai tomar conhecimento das coisas do seu filho, mas acho que são espaços onde muita pessoa junta, muita conversa e pronto, muita coisa sem interesse...”</p> <p>Os horários de atendimento nem sempre são os mais convenientes... há pais que têm dificuldade em chegar à escola dentro dos horários estipulados. Nem todos os pais conseguem sair do trabalho a tempo de chegarem do horário estipulado pelo professor... mas também acho que é difícil para o professor marcar uma hora que permita receber os pais, porque muitos só saem dos trabalhos depois das 5H, 6H. Um professor também não pode estar eternamente na escola...</p>
	Escola Profes/Pais	Rela. Escola-pais Rela. Prof. - Pais	<p>“Profissional... portanto...Claro que às vezes havia maior envolvimento, quando os miúdos me contavam algum problema ou com algumas questões, mas aqui sempre nunca me metendo na vida dos pais.”</p> <p>“Não tenho muita vocação para direcção de turma. Dou-me bem com os pais das minhas turmas mas mais que isso não. Gosto de dar aulas aos miúdos e de estar com os miúdos mas não tenho de facto vocação para estar com os pais em reunião...”</p> <p>É importante que os pais saibam como é que os filhos vão na escola, como é que vai a sua progressão e têm obrigação de fazer isso.</p> <p>E a escola também tem de saber algumas informações importantes sobre os miúdos de modo ajudá-los caso seja necessário, por exemplo dificuldades que existem, dificuldades ou embaraços com disciplinas por exemplo, com a matemática e pronto... e essa informação tem que ser dada pelos pais. Só assim, em conjunto, é que os problemas poderão ser ultrapassados.</p>
		Dificuldades	<p>Essa visão de desvalorização da escola e os pais às vezes esquecerem-se que nós também somos pais... nós percebemos muitas das suas frustrações mas também conhecemos coisas dos seus filhos que eles próprios não conhecem, não é?...</p> <p>A maioria dos pais não entende os professores e a maioria dos professores não entende os pais de um modo geral. Os pais querem é que os filhos tenham as aulas e pronto... nunca houve um</p>



Escolas e/ou Família. Que Relação?(cont)	Escola Prof/Pais	Dificuldades	entendimento ou cooperação. Depois os pais têm a mania que os professores não sabem nada e eu acho que têm um bocado razão... porque há professores que fazem muito e há professores que fazem o mínimo, ou seja não há depois uma boa visão positiva global do grupo profissional porque não somos todos bons profissionais e isso passa um bocado para a opinião pública e para a opinião dos pais, neste caso. Depois também acho que há alguns pais que pensam ou acham que os filhos é que têm razão ... já tive problemas com alunos por causa disso e de mentiras que contam aos pais... e pronto começa aí o desentendimento.
Participação Parental/AP	APRS	Visão sobre participação	<p>Aquilo que eu vejo é que, de acordo com a minha experiência com os meus alunos e com os pais, o que eu vejo é que os pais preocupam-se muito quando os miúdos estão em risco de chumbar. Relativamente às outras coisas não acho que haja muita participação, são pais ausentes... mas agora quando se chamam pais para uma almoçarada, para trazerem ou disponibilizarem alguma coisa para a escola, aí os pais vêm... tudo o que é respeitante à educação dos filhos, não sei, aí parece que a coisa funciona de outro modo. Parece que têm mais receio, não sei, em virem à escola... acho que há qualquer coisa que eu nem compreendo bem que pode explicar... <b>E pensa que a Reynaldo tem uma boa abertura aos pais?</b> Sim, sem dúvida que tem. E até chama muito os pais à escola, eles não vão agora porque... não sei bem...</p> <p><b>Considera que os pais que faltam à escola “continuam a ser os mesmos”?</b> Sim sem dúvida. E são por vezes os mais necessários na escola... <b>pois...</b> porque são os pais muitas vezes dos alunos mais complicados. (...)</p> <p>Não acho que a participação de um pai possa ser medida por intermédio do seu grau de disponibilidade, é uma coisa que tem que ser real... não posso participar porque sou disponível e outro não porque não pode... não é assim, não pode ser assim.</p>
		Visão sobre a AP	<p>(...)eu sei pouco sobre a AP da escola mas sei e tenho a ideia que são poucos os pais que se prestam a isso. Não me parece que a AP funcione sequer, muito por essa questão da representação que fazem. Estas AP são feitas por pessoas que estão disponíveis ou que se disponibilizam para isso e não me parece que isso possa ser positivo.</p> <p>Agora o que eu acho também é que não se percebem muito bem as motivações dos pais que procuram pertencer a estas AP. Acho que no ponto em que estamos, as motivações nem sempre passam pelo interesse dos alunos.</p>
		AP –Escola//Professores	<b>Nunca teve contacto com esta AP?</b> Não, a não ser com a vice-presidente pontualmente porque a conheço mas nada mais que isso.
		Potencialidades	Têm que mudar as coisas. Especialmente o método de eleição...prevenir o serem poucos pais. Eles acabam por ter culpa por não fazerem mais, a escola acaba por não puxar mais porque tem o que precisa e pronto ...Agora o que eu acho também é que não se percebem muito bem as motivações dos pais que procuram pertencer a estas AP. Acho que no ponto em que estamos, as motivações nem sempre passam pelo interesse dos alunos. <b>Serão mais de índole pessoal?</b> Sim de exploração de sentimento de poder por exemplo, uma forma de se

Participação Parental/AP (cont.)	APRS	Potencialidades	<p>ocuparem...</p> <p>Uma coisa muito importante. Os pais raramente percebem o método de avaliação adoptado para cada disciplina, os parâmetros e etc, ainda que isso seja entregue em papel, mas era importante que fosse explicado por alguém que lhes fosse mais próximo, era um trabalho que podia ser desenvolvido pela AP. Podiam-se evitar depois problemas, quando os pais ao final do ano vêm refilar porque os filhos estão em risco de chumbar... porque neste aspecto, depois cada professor tem os seus critérios pessoais, dá mais importância a uma coisa do que a outra, e se isto fosse devidamente esclarecido evitar-se iam problemas.</p>
		Dificuldades e obstáculos	<p>Porque esses pais representam apenas uma pequena fatia. E mesmo esses pais mais activos são pouco activos no que fazem e não procuram saber o que vai na cabeça dos outros pais é o que acho. Acho que têm uma postura muito pouco proactiva... não se destacam.</p> <p><b>Mas então porque é que será que uma AP não consegue funcionar da maneira que supostamente devia?</b> Porque há essa questão da representatividade e porque eu acho que os próprios pais não confiam na AP e nesses pais que lá estão...</p> <p>É culpa da AP que não procura informar. Não há sequer intimidade ou algo em comum entre os pais que os representam e o grupo dos pais. A questão que eu coloco é, que nem sequer estes pais conseguem motivar os pais no sentido de os aproximar da escola... é tudo muito complicado.</p> <p>Acho que há obstáculos do lado dos professores e do lado dos pais, para mim tem que ver com o que há pouco falava, não somos capazes de ver o outro lado, só sabemos ver o nosso. Mas isso é humano, é difícil ultrapassar. (...)</p>

Dimensões		Escola e/ou Família. Que relação?	Percepção sobre Participação Parental	Percepção/ Funcionamento da APRS
Entrevistados				
APRS	1.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preferencialmente de complementaridade.</li> <li>- Educação Partilhada, intersecção de papéis.</li> <li>- Escola que dificulta o acesso aos pais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação Parental fraca, motivada pelo desinteresse generalizado dos pais e por uma escola que nem sempre revela capacidade para integrar os pais.</li> <li>- Escola que dificultada o acesso – horários de atendimento que nem sempre são os melhores;</li> <li>- Contexto laboral que dificulta o envolvimento dos pais na Escola e educação: horários laborais; penalizações laborais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Uma Ap que atravessa várias dificuldades.</li> <li>- Desmotivação dos seus activistas.</li> <li>- Inexistência de actividades para pais e alunos.</li> <li>- Não é reivindicado o seu espaço dentro da cultura participativa escolar; não se “esforça” por participar de forma mais activa e visível.</li> <li>- Problemas de representatividade e de fraca mobilização de pais.</li> <li>- Estar numa AP implica trabalho, implica dedicação, sendo que estes factores afastam os pais da actividade associativa.</li> <li>- Sentimento de instrumentalização das suas acções por parte da entidade escolar.</li> </ul>
	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflito de poderes. Uma escola imperativa e pais que “agem agressivamente” face ao distanciamento suscitado.</li> <li>- Professores que funcionam enquanto grupo corporativista e dominante.</li> <li>- Pais e professores – um diálogo impossível.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pais sentem-se inibidos para participar ou para se envolverem nas actividades e matérias escolares.</li> <li>- Escola determina como e quando, essa participação e envolvimento podem acontecer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Uma AP que mantém um elevado grau de inactividade.</li> <li>- Desmotivação dos activistas.</li> <li>- Interesses particulares dominantes.</li> <li>- Pais não se “esforçam” por participar mais.</li> </ul>
	3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Professores agem enquanto autoridade.</li> <li>- Professores enquanto grupo corporativista.</li> <li>- Pais que se inibem do seu papel de educador e que permitem que a escola eduque os seus filhos/educandos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desinteresse generalizado dos pais.</li> <li>- Questões económicas que debilitam o individuo demovendo-o de capacidade participativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Uma AP sem real consciência do seu potencial papel.</li> <li>- Conflitos interpessoais determinantes no funcionamento da AP.</li> </ul>
APRS (antigas)	Pres. 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preferencialmente de colaboração.</li> <li>- Persistência de um ambiente fracturante, distanciamento entre pais e professores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Factores de ordem social, económica e cultural explicam o afastamento dos pais relativamente ao espaço escolar.</li> <li>- Pais encontram-se reprimidos pelas suas funções laborais e demovem-se de interesse em participar.</li> <li>- Professores nem sempre facilitam o processo de envolvimento e participação parental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Uma AP muito activa na sua altura e com boas ligações com escola, docentes e alunos.</li> <li>- Perda de actividade, uma AP que se debate com um contexto escolar mais diversificado e, desta maneira, mais difícil para realização de trabalho.</li> <li>- Falta de mecanismos para mobilização de pais.</li> <li>- A AP deve cooperar e não fragmentar ou “estrebuchar”.</li> </ul>
	Antiga	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escola distingue tipos de “famílias”.</li> <li>- Relação entre dominantes e dominados.</li> <li>- Preferencialmente devia existir colaboração e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desinteresse dos pais generalizado para participar a par do funcionamento em bloco dos professores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escola não aceita que uma AP possa funcionar enquanto parceiro educativo.</li> <li>- Relação de imposição – AP impõe se no espaço escola.</li> </ul>

		parceria.		
Pais n/ APRS	Mãe1	- A escola complementa o trabalho dos pais.	- Os pais nem sempre conseguem estar presentes, por questões de foro profissional.	-A AP é importante, mas nunca sentiu necessidade de recorrer a este organismo. - A falta de tempo é referida como factor explicativo.
	Mãe2	-A escola não pode substituir o papel da família. - Os laços devem ser cada vez maiores.	-Os pais não participam por questões de foro profissional e incompatibilidade de horários. -Muitos pais são desinteressados ou apresentam desconhecimento sobre o que se passa na escola	- A AP apresenta um número diminuto de pais não sendo representativa. - Nunca teve necessidade de pertencer a esta AP, talvez porque não tenha sido chamada a essa realidade.
	Mãe3	- A relação é cada vez mais forte e os pais apresentam maior nível de interesse. -A escola é complemento da família.	-Os horários escolares previstos para os atendimentos mantêm-se pouco acessíveis, afastando alguns pais da realidade escolar.	- Reconhece a importância mas pessoalmente não tem interesse em participar.
	Pai 4	- Relação de complementaridade. - Distinção dos papéis educativos – escola forma, pais educam.	- Muitos pais sentem-se intimidados para participar derivado da sua baixa formação escolar. - Alguns professores adoptam uma postura sobranceira que demove os pais de uma postura mais activa e participativa.	- Não apresenta conhecimento aprofundado sobre o seu funcionamento e objectivos. -considera ser um organismo politizado e que se move por interesses particulares.
Escola	Pres. CE	-“uma escola para todos”. -Relação de complementaridade. -pais devem ser mais interventivos e devem ter esta aprendizagem. - Os pais persistem num “divórcio” com a escola.	-Escola “aberta” aos pais para toda e qualquer situação – acesso aos critérios de avaliação; ao funcionamento escolar; ao estabelecimento de ensino. -Pais que se “divorçam” da escola. -Pais desinteressados de participar e da educação dos filhos – escola vista como “depósito de crianças”. - Apenas 5% dos pais desta escola, participam por livre e espontânea vontade.	- Uma Ap que desenvolve um importante papel e que tem sido activa na resposta a todos os pedidos do CE. -Uma AP que deve melhorar e captar mais pais para participar. - Pais podem e devem procurar o seu lugar dentro da escola e tornar-se interventivos.
	Prof.1	-Pais que se desresponsabilizam da sua função de educador. -Para escola e pais estão reservados papéis educativos distintos, existindo hoje em dia uma maior sobreposição de funções.	- Os pais estão desinteressados de participar, muito embora a escola nem sempre facilite o processo: horários de atendimento menos convenientes; as reuniões de pais que não representam um bom instrumento para potenciar proximidades. -Os pais parecem recear uma participação mais evidente no contexto escolar, não obstante a escola facilita porque tenta desenvolver acções para mobilização dos mesmos.	- Desconhecimento de muita das actividades da AP. -As AP têm métodos de eleição incipientes e níveis de actividade muito baixos. -Pais devem adoptar uma postura mais proactiva e devem saber divulgar a AP. -Objectivos da AP pouco claros.
	Prof.2	-Emergência de situações familiares que determinam que escola adopte o papel de	-Pais estão não se interessam pela educação escolar dos filhos e pelo processo participativo.	- A AP é insuficiente no trabalho que desenvolve nomeadamente por não preparar pais para uma

	educador, de professor e de pai. - Preferencialmente esta relação devia ser de colaboração – pais devem colaborar com escola e não representar um elemento desafiador.	- Os pais não estão preparados para participar porque ainda esperam que a escola possa resolver “todos os problemas”.	participação escolar – não os esclarece e não os informa sobre algumas matérias escolares tidas como mais fracturantes entre pais e professores (horários escolares, indisciplina dos alunos, critérios de avaliação).
Prof.3	- Escola colmata falhas dos pais, no processo educativo dos filhos – maior sobreposição de funções. - Preferencialmente deveria existir uma relação de complementaridade muito embora existam vários distanciamentos. - Pais não devem tecer considerações sobre a conduta pedagógica dos professores, podem apenas questionar e acatar os esclarecimentos recebidos.	- O desinteresse é explicativo da ausência dos pais na escola. Uma ausência consciente e não problematizada pelos próprios. - A inexistência de problemas graves dentro do espaço escolar também conduz à demissão participativa dos pais – não sentem necessidade em fazê-lo.	- A AP funciona com muita dificuldade dado que conta com poucos pais no activo, sendo igualmente afectada pelo desinteresse parental geral. - A AP deve assumir uma posição mais interventiva e cooperar com escola no processo de mobilização dos pais.
Prof.4	- Ainda existe um “divórcio” entre escola e famílias, muito embora a primeira não permita que este chegue a ser consumado. - Os pais são os grandes responsáveis pelas questões de indisciplina dos alunos.	- O desinteresse é explicativo da ausência dos pais na escola; os pais não “procuram” a escola “porque não querem” - A escola pode dificultar a integração dos pais porque nem sempre consegue lidar com os mesmos – existe pouca sensibilidade para chegar a pais de estratos sociais mais baixos; ou horários de atendimento aos pais menos convenientes. - A participação dos pais deve ser actividade regular.	- A AP devia desenvolver um trabalho muito mais visível e apoiar a escola e os professores em diversas actividades. - A AP deve exigir e “lutar” pelo seu lugar dentro do espaço escolar, de forma a colaborar e a cooperar com as acções escolares. - Uma AP demasiado centrada em interesses particulares.

## Anexo C - Caracterização Sociográfica dos Entrevistados

**Quadro nº 1, Caracterização Sociográfica dos Professores Entrevistados**

Entrevistado	Idade (anos)	Nº Anos a Leccionar	Nº de anos afecto à escola	Área de Leccionação
Presidente do CE	46	24	24	Geografia
Professor 1	47	27	27	Biologia/Geologia
Professor 2	54	24	22	História
Professora 3	53	25	25	Português-Francês
Professora 4	59	35	30	Matemática

**Quadro nº2, Caracterização Sociográfica dos Mães/Pais não integrados na APRS**

Entrevistado	Idade (anos)	Habilitações	Profissão
Mãe 1	41	7º ano	Técnica Administrativa
Mãe 2	49	Licenciatura	Professora
Mãe 3	47	11º ano	Técnica Administrativa
Pai4	69	9º ano	Reformado/antigo comercial

## **Anexo D**

Quadro nº3 - Traço Biográfico - Reconstruindo a “história” da AP.  
Análise das Actas das Várias Reuniões (de Direcção, Assembleias Gerais)

<b>AP</b> <b>Categorias</b>	<b>“Um arranque promissor”</b>	<b>“Aprendizagem reivindicativa”</b>	<b>“Escola nova. Velhas alianças. Uma AP por encomenda”</b>	<b>“O recomeço tutelado. Uma AP a solo”</b>
<b>Direcção</b>	1ª Comissão Instaladora 1ª Direcção	2ª Direcção	2ª Comissão Instaladora 3ª Direcção	3ª Comissão Pró Activação 4ª e 5ª Direcção
<b>Anos Lectivos</b>	87/88; 88/89; 89/90; 90/91	93/94; 94/95; 95/96	97/98	2004/2005; 2005/2006; 2007/2008 ; 2008/2009; 2009/2010
<b>Legislação Principal</b>	.Decreto-lei nº 211-B/86 – criados os conselho consultivo do conselho pedagógico com assento representativo dos pais .Lei de Bases do Sistema Educativo (lei 46/86) . Criadas Comissões de Obras e o Fundo de Manutenção e Conservação do Património Escolar (88) . Decreto-Lei nº 43/89 (autonomia das escolas) . Despacho nº 8/SERE/98 – novo regulamento para o Conselho Pedagógico .Decreto-Lei 372/90 – novo documento regulador das AP .Decreto-lei nº 172/91 – novo sistema de direcção, administração e gestão das escolas	.Despacho 239/ME/93 – actualização da legislação sobre as AP, nas escolas onde não se encontra contemplado o novo sistema de direcção, administração e gestão	. Despacho normativo nº 27/97 – regulação da participação dos órgãos de administração e gestão dos jardins-de-infância, escolas do ensino básico e secundárias .Decreto-lei nº 115-A/98 – aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino básico e secundário e dos agrupamentos escolares (Lei 24/99 – 1ª alteração ao decreto-lei anterior)	. Decreto-lei nº 29/2006 (altera decreto-lei nº 372/90 – regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação) .Decreto-lei nº 75/2008 – aprova o sistema de autonomia e gestão das escolas, reforça a participação das famílias e da comunidade, introduz o Conselho Geral)



<p style="text-align: center;"><b>Temas mobilizadores/ Interesses</b></p>		<p>Questões burocráticas – administrativas (constituição legal da AP; estatutos; registo; inscrição na CONFAP)</p> <p>. Preocupações pedagógicas - Aproveitamento escolar</p> <p>. Obras instalações escolares</p> <p>.Segurança</p> <p>.Ocupação dos tempos livres dos alunos</p> <p>.Aproximação da comunidade envolvente</p> <p>. Relação professor-pai-aluno</p> <p>. Aproximação da realidade associativa de pais (contactos com CONFAP e outras AP do Conselho</p> <p>. Preocupação constante com a ausência de pais nas Assembleias Gerais;</p>	<p>.Segurança e higiene escolar</p> <p>. Obras e instalações escolares</p> <p>.Carência de material escolar</p> <p>. Preocupações pedagógicas – regime das provas globais e avaliação de alunos; trabalho desenvolvido pelo corpo docente e assiduidade dos mesmos;</p> <p>.Formação dos pais e sensibilização dos mesmos para as questões da toxicodependência e doenças sexualmente transmissíveis</p> <p>.Aproximação da comunidade envolvente</p> <p>. Inscrição na FAPXIRA</p>	<p>. Obras e instalações escolares</p> <p>.Segurança</p> <p>.Renovação do parque escolar</p> <p>.Carência de material escolar</p> <p>. Material e condições da AP</p> <p>. Preocupações pedagógicas – alunos com insucesso escolar</p> <p>. Discussão sobre Decreto-Lei nº 115-A/98</p>	<p>. Questões administrativas e burocráticas (reactivação da AP)</p> <p>.Recrutamento de membros para AP</p> <p>.Questões pedagógicas – avaliação dos alunos</p> <p>.Obras e segurança</p> <p>.Actividade para a comunidade escolar</p> <p>. Eleição do director do Agrupamento de escolas</p>
		<p style="text-align: center;"><b>Relação com Escola</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Caracterização</b></p>	<p>. Relação de colaboração com Conselho Directivo</p> <p>.Coordenação de esforços – acções -, para prossecução de objectivos de melhoria da vida escolar</p> <p>. Registo de proximidade ao corpo docente</p> <p>. Posteriormente, e à medida que o trabalho da AP avançava, registo de um progressivo distanciamento entre a AP e os órgãos directivos da escola</p>	<p>. Posição mais autónoma e independente da AP em relação ao CD</p> <p>.Relação marcada por períodos de colaboração</p> <p>.Trabalho de colaboração em matéria de obras escolares e necessidade de material escolar novo</p> <p>. Registo de divergências em matéria pedagógica e logística do espaço escolar</p> <p>. Distanciamento do corpo docente</p>
<p>. Reuniões periódicas com Conselho Directivo</p> <p>. Participação inicial do Conselho</p>	<p>. Reuniões periódicas com Conselho Directivo</p> <p>. Participação nos Conselhos</p>			<p>. Elevado número de reuniões com CD motivado pelas acções concertadas em favor da renovação</p>	<p>.Diversas reuniões com Conselho Executivo</p> <p>.Participação nos Conselhos</p>

	<b>Actividades /Acções</b>	<p>Directivo (CD) nas reuniões realizadas pela direcção da AP</p> <p>.Vontade expressa da direcção da escola em apoiar projecto da AP</p> <p>.Conjunto de acções para pressão no ME – obras – com apoio e conhecimento do CD (telegramas, cartas)</p> <p>.Participação, quando devidamente convocados, em todas as reuniões com assento representativo dos pais: Conselho Pedagógico; Conselhos Disciplinares</p> <p>. Envolvimento dos pais em diversas matérias de interesse escolar: nomeadamente no posicionamento forte face à contestação por obras e renovação do recinto escola</p>	<p>Pedagógicos e nos Conselhos Disciplinares</p> <p>. Acções concertadas com CD - diligências à DREL: redacção de cartas solicitando por material e solução do caso da cantina</p>	<p>do parque escolar</p> <p>.Participação nos Conselhos Pedagógicos</p>	<p>Pedagógicos (um representante)</p> <p>.Participação no Conselho Geral (dois representantes)</p>
<b>Relação com Pais/ alunos/ Comunidade</b>	<b>Caracterização</b>	<p>. Proximidade com AE e envolvimento dos alunos nas questões escolares</p> <p>.Distanciamento do grupo dos pais e EE da escola</p> <p>. Fraca capacidade de mobilização de pais</p> <p>. Ausência de acções destinadas ao grupo dos pais e ao seu progressivo envolvimento</p>	<p>. Registo de maior proximidade ao grupo dos pais e EE da escola, por intermédio de Assembleia de Pais convocadas sob égide de temas de interesse geral dos responsáveis dos alunos – encerramento da cantina</p> <p>. Registo de continuidade na fraca adesão dos pais à AP e às convocatórias quando estas servem o propósito de eleições</p> <p>. Fraca capacidade de mobilização de pais</p>	<p>. Registo de distanciamento face ao grupo dos pais da escola</p> <p>. Continuidade numa capacidade debilitada para motivação de pais</p> <p>. Tentativa para reforço de parcerias político-partidárias com objectivo de busca por apoios para as obras do parque escolar; reforço de parcerias e da rede de contactos, com utilização de outras AP com objectivo de pressionar DREL para seguimento de construção de um pavilhão gimnodesportivo</p>	<p>. Algumas estratégias são tomadas para ultrapassar a desmobilização de pais – mudança nos estatutos prevê que todo e qualquer pai e EE da escola seja automaticamente sócio da AP; não existem regime de quotas; diminuição do número de elementos para composição dos órgãos sociais; abertura das reuniões da direcção da AP a todo e qualquer pai que queira assistir</p> <p>. A maioria das Assembleias são convocadas com o propósito de eleger novos corpos sociais; há ausência da utilização deste órgão para contacto próximo junto de pais, para acordar posições ou decisões</p>

<p><b>Relação com Pais/ alunos/ Comunidade (cont)</b></p>	<p><b>Actividades/ Acções</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Envolvimento dos alunos da AE nas actividades da AP</li> <li>. Tentativas de divulgação inovadoras: rádio</li> <li>. Canal de divulgação principal: folhetos distribuídos no acto da matrícula; fichas de inscrição</li> <li>. Constituição de uma bolsa de sócios</li> <li>. Registo de contacto com outras AP do concelho – tentativa de trabalho em rede</li> <li>. Participação em duas reuniões com representantes da Câmara Municipal</li> <li>. Convocatória de Assembleias Gerais de Pais</li> <li>. Criação de algumas estratégias de incentivo – convocatória de Assembleia com temas do interesse dos pais; abolição do sistema de pagamento de quotas</li> </ul>	<p>Primeira convocatória realizada por intermédio da Rádio local e por correspondência</p> <p>. Canal de divulgação principal: boletins de inscrição e folheto informativo anexado nas convocatórias das Assembleias</p> <p>. Aumento da bolsa de sócios</p> <p>. Participação em reuniões com DREL e elementos da Câmara Municipal</p> <p>. Aumento da rede de contactos e parcerias (associações locais e Centro de Saúde)</p> <p>. Apoio e incentivo a debates escolares promovidos pelo Centro de Saúde de V.F.X</p> <p>. Participação e apoio na promoção de uma acção de formação para pais, pela Associação “Nós promotores de saúde”</p> <p>. Realização de Assembleias Gerais de pais com objectivo de divulgação dos projectos; de decisão de posicionamento face a questões escolares; para eleição dos corpos sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Canal de divulgação principal: Assembleia de Pais convocada pela Direcção da escola</li> <li>. Ausência de mecanismos de incentivo à participação dos pais</li> <li>. Realização de reuniões com DREL e membros da Câmara Municipal</li> <li>. Realização de reuniões com outras AP das escolas circundantes para concertação de trabalho reivindicativo</li> <li>. Apresentação formal à AE da escol</li> <li>. Incentivo à visita na escola dos candidatos do PSD e PS á Câmara Municipal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Ausência de uma bolsa de sócios</li> <li>. Modificação dos estatutos para “sobrevivência”</li> <li>. Ausência de actividades destinadas à comunidade escolar</li> <li>. Ausência de uma agenda de actividades efectiva e passível de concretização</li> <li>. Ausência de um canal de divulgação que demonstre resultados: convocatórias para os pais por intermédio dos directores de turma</li> </ul>
	<p><b>Endógenas Internos na AP</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Longo processo de constituição da AP</li> <li>. Fraca capacidade de mobilização de pais</li> <li>. Poucas medidas de incentivo à participação dos pais na AP</li> <li>. Falta de autonomia na condução das acções da AP</li> <li>. Dependência dos órgãos de decisão escolar</li> <li>. Problema de representatividade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Fraca capacidade de mobilização de pais</li> <li>. Problema de representatividade</li> <li>. Registo de lacunas na esfera administrativa com ausência de registo em actas, dos relatórios de actividades (ausência de qualquer registo para o ano lectivo 96/97)</li> <li>. Ausência de actividades e acções previstas para os alunos da escola</li> <li>. Distanciamento do corpo docente e discente da escola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Descontinuidade no trabalho da AP</li> <li>. Abandono de cargos dos órgãos sociais</li> <li>. Ausência de acções/actividades destinadas aos pais e aos alunos</li> <li>. Distanciamento do corpo docente e discente da escola</li> <li>. Fraca capacidade de mobilização de pais</li> <li>. Trabalho demasiado centrado na questão das obras e renovação do</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Mudança de estatutos permitem a sobrevivência dos corpos associativo mas incentivam a uma continuidade de sub-representação parental; o encontro desta solução contribui para que nenhuma acção mais activa para mobilização de pais possa ser administrada no trabalho e agenda da AP, uma vez que a solução é encontrada no interior da AP e não numa</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>. Registo de lacunas na esfera administrativa com ausência de registo em acta, ausência de plano de actividades anual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Problema de representatividade</li> </ul>	<p>parque escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Problema de representatividade</li> </ul>	<p>acção exterior</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Poucos recursos para mobilização de pais; não são marcadas Assembleias Gerais para aproximação aos pais, não são dirigidas qualquer tipo acção ou actividade com objectivo de envolvimento</li> </ul>
<p><b>Obstáculos/ Dificuldades</b></p>	<p><b>Exógenas Exteriores à AP</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Processo burocrático pesado para constituição da AP</li> <li>. Problemas de reconhecimento e visibilidade social</li> <li>. Afastamentos episódicos dos órgãos de intervenção escolar, motivados por acções do CD:</li> <li>Esquecimento nas convocatórias para os pais; não envolvimento dos pais nos assuntos debatidos;</li> <li>. Canal de Informação/ Comunicação escola-pais incipiente</li> <li>. Poucos pais nas convocatórias realizadas pela AP</li> <li>. Impossibilidade de novas eleições de membros dirigentes, conseqüente entrada em período de interregno 92/93</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Maior nível de distanciamento face ao CD, motivado por posições distintas e problemas interpessoais;</li> <li>. Período de interregno para o ano lectivo 96/97 por desmotivação dos pais envolvidos no projecto da AP e por falta de número necessário de pais para constituição de uma lista</li> <li>. Persistência de problemas de visibilidade social e viabilidade de trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. A primeira Assembleia geral de pais teve sucesso com 157 presenças, tendo sido convocada pela direcção da escola</li> <li>. Ressurgimento da AP tutelado pela Direcção da escola</li> <li>. Agenda de actividades influenciada pela direcção da escola</li> <li>. Entrada num longo período de interregno – 98 até 2005</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Reactivação da AP foi projecto de professoras estagiárias</li> <li>. Maior sentido de autonomia de acções a par de um sentimento generalizado de unilateralidade de papéis</li> <li>. Existência de um problema de visibilidade e reconhecimento corroborado antes de mais, pela fraca adesão dos pais às convocatórias da AP</li> </ul>